



Documento IPREV 00005758/2023

Dados do Cadastro

Entrada: 13/09/2023 às 14:01

Setor origem: IPREV/CORAFI - Coordenadoria de Auditoria e Fiscalização

Setor de competência: IPREV/DIAD - Diretoria de Administração

Interessado: IPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO SC

Classe: Comunicação Eletrônica sobre Ata de Reunião

Assunto: Ata de Reunião

Detalhamento: DOCUMENTOS E ATA - REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC - 26/09/2023

CONVOCAÇÃO REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC

Prezados membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC,

Como Presidente do Comitê de Investimentos, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º do Decreto 32 de 04 de fevereiro de 2015, convoco os membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC para a reunião ordinária mensal, a ser realizada na sala de reuniões anexa ao gabinete (10º andar), no **dia 26 de setembro de 2023, às 14:00 hs**, para discussão e deliberações acerca da seguinte **PAUTA**:

1. Posição carteira em AGOSTO/2023 e cenário LDB em SETEMBRO/2023;
2. Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos - AGOSTO/23;
3. Análise dos saldos históricos de JAN-AGO/23 no Fundo Fluxo nas contas do FF;
4. Análise da minuta de normativo que estabelece a segregação de atribuições e responsabilidades nos investimentos;
5. Início das discussões e análises acerca da DPIN 2024;

Todos os documentos pertinentes a reunião estão disponíveis no SGP-e no DOCUMENTO IPREV 5758/2023.

Atenciosamente,

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração
Presidente Comitê de Investimentos do RPPS/SC



Assinaturas do documento



Código para verificação: **9D5B0H0C**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ABELARDO OSNI ROCHA JÚNIOR (CPF: 041.XXX.279-XX) em 13/09/2023 às 16:47:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:11:00 e válido até 13/07/2118 - 13:11:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDU3NTfhNTc2MF8yMDIzXzIENUlwSDBD> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00005758/2023** e o código **9D5B0H0C** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN <jean@iprev.sc.gov.br>

CONVOCAÇÃO REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC - 26/09/23

1 mensagem

JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN <jean@iprev.sc.gov.br>

13 de setembro de 2023 às 16:56

Para: ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR <abelardo@iprev.sc.gov.br>, SAULO RODOLFO VIDAL <saulo@iprev.sc.gov.br>, ALICEANA DE ANDRADE GRACIOSA <aliceana@iprev.sc.gov.br>, YURI CARIONI ENGELKE <Yuri@pge.sc.gov.br>, VANIO BOING <vanioboing@iprev.sc.gov.br>, marcos@ldbempresas.com.br

Por solicitação do Presidente do Comitê de Investimentos do RPPS/SC, encaminhamos anexo convocação para reunião, a ser realizada dia **26/09/23, às 14:00 horas**, na sala de reuniões anexa ao Gabinete da Presidência (10º andar).

Todos os documentos relativos à reunião estarão disponíveis no SGP-e, no DOCUMENTO IPREV 5758/2023.

Favor **analisar antecipadamente o material** para facilitar e dar celeridade à discussão dos assuntos pautados, bem como às deliberações necessárias aos mesmos.

Att.,

--



Jean Jacques Dressel Braun
Auditor de Previdência - IPREV/SC
Tel: (48) 3665-4602

Esta mensagem constitui informação privilegiada e confidencial, legalmente resguardada por segredo profissional, nos termos do artigo 7º, inciso II e ss. da Lei n. 8.906/94, referindo-se exclusivamente ao relacionamento pessoal e profissional entre o remetente e o destinatário, sendo vedada a utilização, divulgação ou reprodução do seu conteúdo.

**CONVOCAÇÃO REUNIÃO COMITÊ DE 26.09.23.pdf**

454K



LDB
EMPRESAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
AGOSTO 2023



Prezados Senhores,

Este documento tem por objetivo apresentar as principais características e informações referente a sua carteira de investimentos, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da mesma.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

Informações adicionais sobre quaisquer empresas, valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros podem ser obtidas mediante solicitação.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o dia 31.08.2023.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA

98,73%

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	2,37	0,02	1,04	10,75	135.929.634,29	18,95	5.967.981.074,09	2,28
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,02	0,05	0,58	0,58	7.808.459,09	1,09	9.484.232.450,43	0,08
BB	BB	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,37	0,00	0,06	7,68	0,00	0,00	6.785.029.538,03	0,00
BB	BB	BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	4,89	-0,64	-0,40	11,65	160.742.643,98	22,41	5.260.991.740,78	3,06
BB	BB	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,02	0,05	1,04	1,04	183.878.225,02	25,64	29.293.680.703,24	0,63
BB	BB	BB PREV RF IDKA2	2,38	0,00	0,36	7,95	0,00	0,00	6.160.923.946,07	0,00
BB	BB	BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	7,55	-1,00	-1,29	13,97	8.473.601,79	1,18	1.858.783.140,34	0,46
BB	BB	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	2,26	-0,24	0,58	8,63	85.834.283,80	11,97	5.437.581.646,17	1,58
BB	BB	BB PREV IRF-M 1+	4,93	-0,35	0,55	12,68	11.964.260,03	1,67	342.301.002,78	3,50
Sub-total Artigo 7º I, Alínea b			2,32	-0,21	0,67	10,29	594.631.108,00	82,90		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,08	0,00	0,10	7,68	0,00	0,00	14.734.335.445,36	0,00
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	0,02	0,05	1,05	8,15	113.511.609,47	15,83	3.554.344.878,79	3,19
Sub-total Artigo 7º III, Alínea a			0,46	0,05	1,06	8,42	113.511.609,47	15,83		
Renda Fixa			1,49	-0,17	0,64	9,44	708.142.717,47	98,73		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL

1,27%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27	319.333.302,91	2,86
		Sub-total Artigo 8º I	19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27		
		Renda Variável	19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27		
		Total	1,58	-0,19	0,58	9,36	717.269.702,73	100,00		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos				
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	594.631.108,00	82,90	0,00	44,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	113.511.609,47	15,83	0,00	43,00	70,00	0,00	60,00
	Total Renda Fixa	708.142.717,47	98,73					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	9.126.985,26	1,27	0,00	3,00	40,00	0,00	30,00
	Total Renda Variável	9.126.985,26	1,27					30,00
Total		717.269.702,73	100,00					

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,67 58,70	10,29 116,01	3,37 101,62	8,15 122,10	13,62 100,51	2.493.972,26	42.633.039,25
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	1,06 92,83	8,42 94,91	3,15 94,98	6,36 95,22	12,61 93,05	2.121.016,13	21.010.130,99
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	-4,02 1,06	6,01 0,54	7,81 0,97	9,63 -0,68	2,31 -3,37	-382.375,71	517.396,69
Artigo 10º I % do CDI	0,00 0,00	3,54 39,91	0,00 0,00	1,86 27,90	6,99 51,58	0,00	1.343.005,22
ESTADO DE SANTA CATARINA (Total)						4.232.612,68	65.503.572,15

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV IRF-M 1+	11.899.354,05	0,00	0,00	0,00	11.964.260,03	64.905,98	1.346.306,29
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	134.531.775,36	0,00	0,00	0,00	135.929.634,29	1.397.858,93	15.293.915,82
BB PREV RF IDKA2	47.296.062,35	0,00	-47.465.568,43	0,00	0,00	169.506,08	3.496.772,07
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	161.390.260,92	0,00	0,00	0,00	160.742.643,98	-647.616,94	9.755.518,98
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	39.200.961,44	46.484.743,04	0,00	0,00	85.834.283,80	148.579,32	3.054.406,43
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	8.584.102,28	0,00	0,00	0,00	8.473.601,79	-110.500,49	1.038.490,83
BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	42.530.830,34	0,00	-42.554.880,79	0,00	0,00	24.050,45	2.189.387,75
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,00	7.763.479,89	0,00	0,00	7.808.459,09	44.979,20	44.979,20
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,00	182.476.015,29	0,00	0,00	183.878.225,02	1.402.209,73	1.402.209,73
					594.631.108,00	2.493.972,26	

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV RF FLUXO FIC	150.613.459,99	431.254.417,25	-470.342.278,73	0,00	113.511.609,47	1.986.010,96	11.598.699,14
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	129.915.965,21	0,00	-130.050.970,38	0,00	0,00	135.005,17	9.411.431,85

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
					113.511.609,47	2.121.016,13	

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	9.509.360,97	0,00	0,00	0,00	9.126.985,26	-382.375,71	517.396,69
					9.126.985,26	-382.375,71	

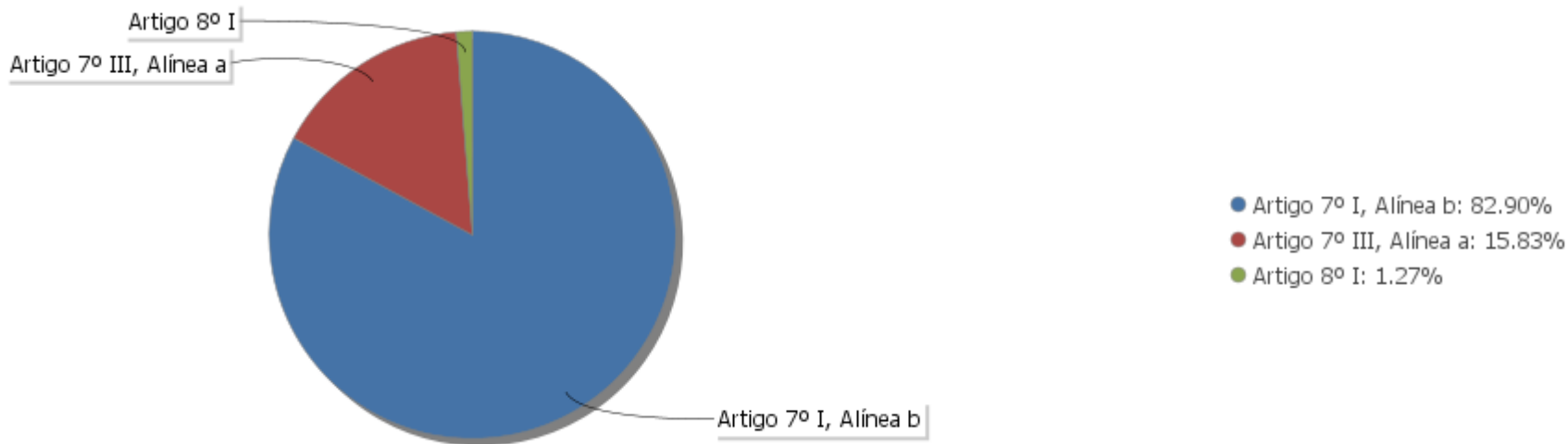
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Liquidez

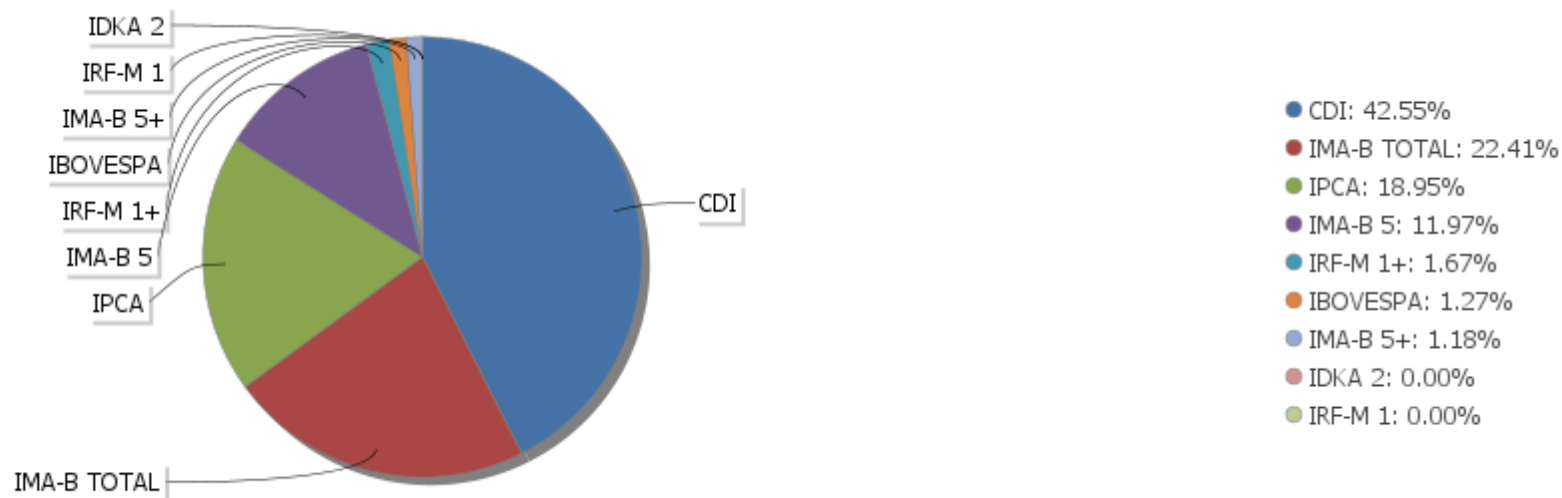
Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo
de 0 a 30 dias	717.269.702,73	100,00	717.269.702,73	100,00	
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	717.269.702,73	100,00	
acima de 365 dias	0,00	0,00	717.269.702,73	100,00	

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Artigo

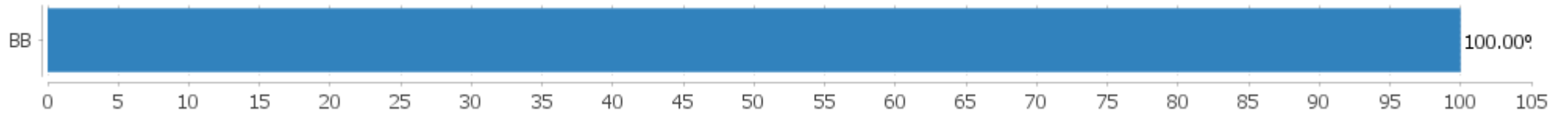


Alocação Por Estratégia



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2023	0,99	0,88	1,43	1,09	1,47	1,63	0,94	0,58					9,36
INPC + 1,72%	0,61	0,89	0,80	0,65	0,51	0,04	0,05	0,36					3,98
p.p. indexador	0,38	-0,02	0,63	0,44	0,96	1,59	0,88	0,22					5,38
2022	0,31	0,78	1,62	0,76	0,95	0,38	0,49	0,97	0,92	1,32	0,22	0,76	9,89
INPC + 1,55%	0,80	1,12	1,85	1,16	0,58	0,75	-0,47	-0,17	-0,19	0,59	0,50	0,83	7,57
p.p. indexador	-0,49	-0,33	-0,23	-0,40	0,36	-0,37	0,96	1,14	1,11	0,73	-0,28	-0,06	2,32
2021	-0,44	-0,71	-0,27	0,46	0,49	0,18	-0,09	-0,16	0,17	-0,87	1,43	0,77	0,94
IPCA + 2,89%	0,48	1,07	1,19	0,54	1,07	0,77	1,21	1,12	1,40	1,48	1,18	0,99	13,23
p.p. indexador	-0,91	-1,78	-1,46	-0,08	-0,58	-0,59	-1,31	-1,28	-1,23	-2,35	0,25	-0,22	-12,29
2020	0,46	0,40	-1,10	0,57	0,79	0,60	0,99	-0,41	-0,44	-0,00	0,62	2,20	4,74
IPCA + 3,16%	0,48	0,47	0,34	-0,06	-0,13	0,52	0,65	0,50	0,90	1,12	1,14	1,63	7,81
p.p. indexador	-0,02	-0,07	-1,44	0,63	0,92	0,08	0,34	-0,91	-1,34	-1,12	-0,52	0,57	-3,07

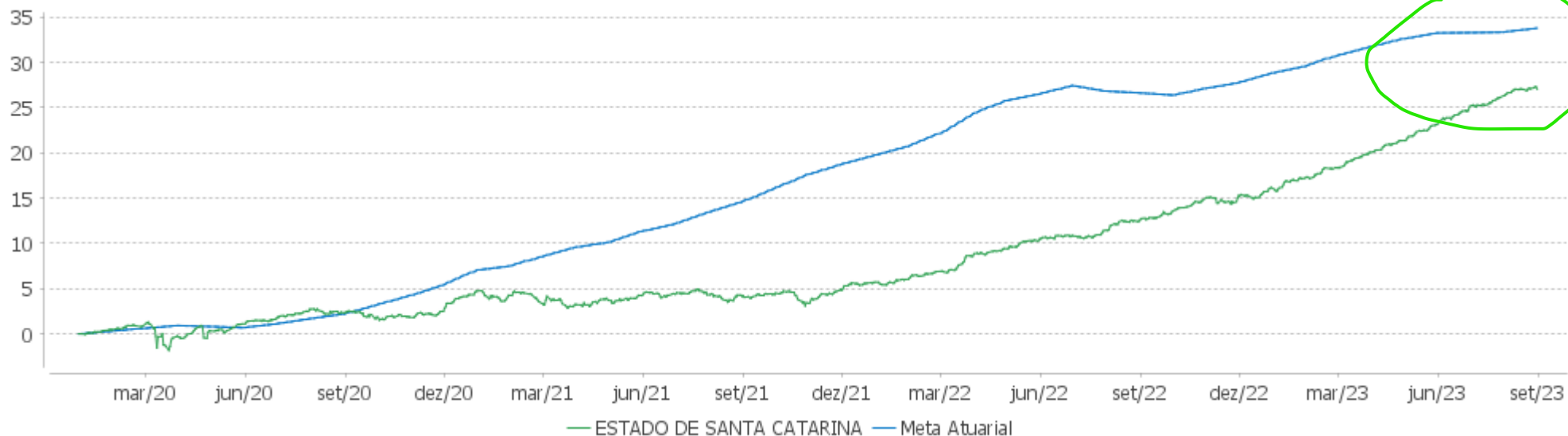
Performance Sobre a Meta Atuarial

Relatório

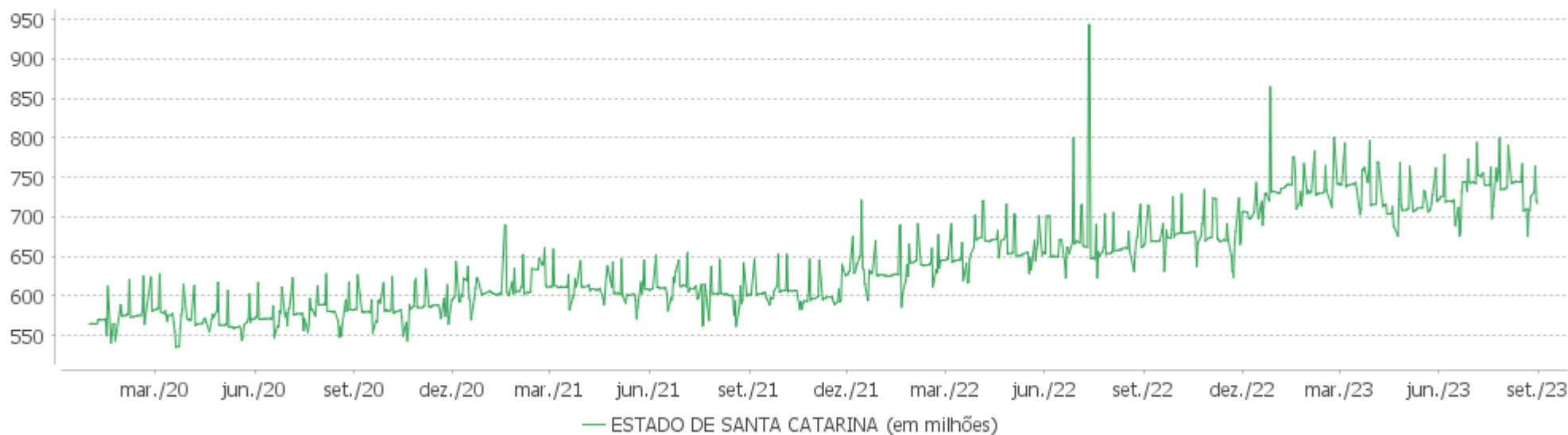
	Quantidade	Perc. (%)	Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
Meses acima - Meta Atuarial	18	40,91	03 meses	3,17	0,45	2,72	1,44
Meses abaixo - Meta Atuarial	26	59,09	06 meses	7,34	2,43	4,91	1,24
			12 meses	12,93	5,78	7,15	1,58
			24 meses	21,98	17,60	4,38	1,65
Maior rentabilidade da Carteira	2,20	2020-12	36 meses	24,18	32,81	-8,63	1,88
Menor rentabilidade da Carteira	-1,10	2020-03	Desde 31/12/2019	27,05	36,53	-9,48	2,39

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução

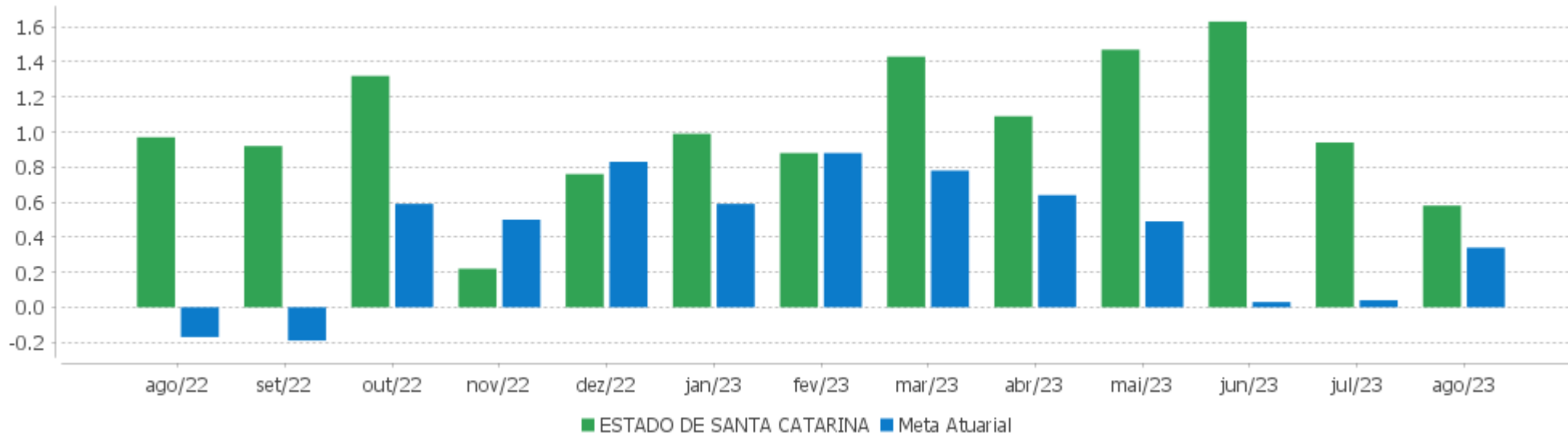


Patrimônio Líquido



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Performance dos Fundos

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
BB PREV RF IDKA2 Var. IDKA 2 p.p.	0,74 -0,03	8,36 -0,30	2,73 -0,02	5,26 -0,16	11,57 -0,23	21,91 -0,42	28,11 -0,44
BB PREV IRF-M 1+ Var. IRF-M 1+ p.p.	0,55 -0,05	12,68 -0,31	4,02 -0,08	11,14 -0,17	15,43 -0,60	20,73 -0,88	16,33 -1,24
BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI Var. IRF-M 1 p.p.	1,12 -0,03	8,82 -0,23	3,37 -0,07	6,66 -0,16	13,40 -0,34	23,37 -0,66	25,63 -1,17
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI Var. IMA-B 5 p.p.	0,58 -0,03	8,63 -0,11	2,58 -0,08	5,68 -0,08	11,73 -0,24	22,46 -0,57	27,99 -0,91
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI % do CDI	1,12 98,70	8,68 97,95	3,26 98,26	6,53 97,85	13,29 98,05	24,66 98,11	27,53 96,55
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI Var. IPCA p.p.	1,04 0,81	10,75 7,52	3,67 3,40	8,97 7,14	14,02 9,41	22,87 9,14	25,04 0,29
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,40 -0,02	11,65 -0,20	2,71 -0,12	10,26 -0,17	13,45 -0,31	19,42 -0,65	23,03 -0,96
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO % do CDI	1,14 100,38	8,84 99,71	3,32 99,98	6,65 99,53	13,52 99,79	25,18 100,19	28,37 99,47
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI Var. IMA-B 5+ p.p.	-1,29 -0,02	13,97 -0,31	2,68 -0,12	14,11 -0,29	14,56 -0,44	15,81 -0,85	17,53 -1,23
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI % do CDI	1,16 101,39	8,81 99,38	3,35 100,89	6,69 100,21	13,54 99,91	25,45 101,24	28,93 101,46
BB PREV RF FLUXO FIC % do CDI	1,05 92,46	8,15 91,91	3,06 92,33	6,14 91,93	12,44 91,82	22,65 90,13	24,53 86,01
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA Var. IBOVESPA p.p.	-4,02 1,06	6,01 0,54	7,81 0,97	9,63 -0,68	2,31 -3,37	-3,41 -0,85	14,24 -2,24
ESTADO DE SANTA CATARINA Var. INPC + 1,55% p.p.	0,58 0,22	9,36 5,38	3,17 2,72	7,34 4,91	12,93 7,09	21,98 4,81	24,18 -7,40
CDI	1,14	8,87	3,32	6,68	13,55	25,14	28,52
IBOVESPA	-5,09	5,47	6,84	10,30	5,68	-2,56	16,48
INPC + 6,00%	0,73	6,87	1,52	4,60	10,27	27,21	48,86
IPCA + 6,00%	0,76	7,32	1,79	4,89	10,86	27,77	48,51

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Cotização e Taxas

Fundo	Aplicação		Resgate		Taxas	
	Cotização	Liquidação	Cotização	Liquidação	Performance	Administração
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	D+1 du	D+0	D+1 du	D+3 du		1,00
BB PREV IRF-M 1+	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,30
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	D+0	D+0	D+3 du	D+3 du		0,30
BB PREV RF FLUXO FIC	D+0	D+0	D+0	D+0		1,00
BB PREV RF IDKA2	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	D+0	D+0	D+1 du	D+1 du		0,20
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	D+0	D+0	D+2 du	D+2 du		0,20
BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	D+0	D+0	D+0	D+0		0,10
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	D+0	D+0	D+0	D+0		0,20
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	D+0	D+0	D+0	D+0		0,10

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Indexadores

Renda Fixa

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IRF-M 1	1,15	9,05	3,44	6,81	13,74	24,03	26,80	33,22	43,08
IRF-M 1+	0,59	12,99	4,10	11,31	16,04	21,61	17,57	30,08	56,68
IRF-M TOTAL	0,76	11,43	3,81	9,56	14,96	22,06	20,53	31,03	52,86
IMA-B 5	0,61	8,75	2,66	5,76	11,97	23,03	28,90	40,81	61,13
IMA-B 5+	-1,27	14,28	2,80	14,40	15,00	16,66	18,76	24,36	71,86
IMA-B TOTAL	-0,38	11,84	2,83	10,43	13,76	20,07	23,99	32,22	68,62
IMA-GERAL TOTAL	0,63	10,39	3,38	8,50	13,72	22,67	24,97	33,10	54,16
IDKA 2	0,77	8,66	2,75	5,42	11,80	22,33	28,55	41,03	58,78
IDKA 20	-3,05	19,50	3,45	24,26	18,37	10,39	11,16	10,89	77,63
CDI	1,14	8,87	3,32	6,68	13,55	25,14	28,52	33,50	41,88

Renda Variável

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IBOVESPA	-5,09	5,47	6,84	10,30	5,68	-2,56	16,48	14,44	50,95
IBRX 100	-5,01	4,62	6,85	9,37	4,16	-4,36	15,60	14,31	54,15
IBRX 50	-4,76	3,66	7,43	8,45	4,56	-3,16	18,26	15,68	49,30
SMALL CAP	-7,43	8,13	3,26	17,40	-1,94	-23,76	-10,81	-5,44	42,85
Índice Consumo - ICON	-10,42	-0,75	0,30	6,83	-15,38	-41,83	-41,59	-38,22	-6,46
Índice Dividendos - IDIV	-2,83	9,22	8,71	11,58	10,64	15,38	37,76	32,74	99,45

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Investimentos Estruturados

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
S&P 500	1,97	10,75	4,16	7,31	8,32	-4,62	15,85	83,19	84,91

Investimentos Imobiliários

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IFIX	0,49	12,06	6,62	14,40	7,95	16,84	15,48	20,93	50,17

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
MSCI ACWI	0,73	6,92	2,53	3,09	6,36	-11,42	5,54	59,73	56,19

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,23	3,23	0,27	1,83	4,61	13,74	24,75	27,79	32,17
INPC	0,20	2,80	0,01	1,55	4,06	13,24	25,04	28,72	32,95
IGPM	-0,14	-5,28	-2,77	-5,42	-7,20	0,77	32,13	49,34	56,73
SELIC	1,14	8,87	3,32	6,68	13,55	25,14	28,52	33,50	41,88

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	0,59	5,97	1,29	3,88	8,78	23,00	40,28	49,45	60,68
IPCA + 5,00%	0,68	6,64	1,54	4,39	9,82	25,37	44,35	55,27	68,52
IPCA + 5,50%	0,72	6,98	1,66	4,64	10,34	26,57	46,42	58,24	72,56
IPCA + 5,89%	0,75	7,25	1,76	4,84	10,74	27,50	48,05	60,59	75,76
IPCA + 6,00%	0,76	7,32	1,79	4,89	10,86	27,77	48,51	61,26	76,67
INPC + 4,00%	0,56	5,52	1,03	3,59	8,20	22,46	40,61	50,54	61,62
INPC + 6,00%	0,73	6,87	1,52	4,60	10,27	27,21	48,86	62,43	77,71

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
3023	01/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	886.315,44	0,00	340.765,83237100	2,6009516090
3034	01/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.389.201,88	534.112,92820400	2,6009516090
2989	01/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	237.299,64	0,00	91.235,69972578	2,6009516090
3022	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	2.050.343,64	702.272,94633115	2,9195822660
3035	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	47.345,87	0,00	18.194,63402300	2,6021886420
3046	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	358,60	122,82613000	2,9195822660
3048	02/08/2023	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,00	14.532.249,53	4.318.303,51414300	3,3652682080
3049	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	80.750.042,50	0,00	31.031.586,71768578	2,6021886420
3057	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	66.217.792,97	22.680.571,03276021	2,9195822660
3058	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	901.984,00	0,00	346.625,13910000	2,6021886420
2938	02/08/2023	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,00	2.142.854,97	636.756,07391600	3,3652682080
2939	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	2.142.854,97	0,00	823.481,79352300	2,6021886420
2942	02/08/2023	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,00	32.359,00	9.615,57813800	3,3652682080
2943	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	950.504,11	0,00	365.271,02403600	2,6021886420
2945	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	918.145,11	314.478,24620300	2,9195822660
2947	02/08/2023	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	19.000.000,00	0,00	5.906.345,10012100	3,2168794200
2949	02/08/2023	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,00	16.773.695,32	4.984.356,15792400	3,3652682080
2951	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	35.339.283,65	0,00	13.580.600,22229500	2,6021886420
2954	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	37.565.588,33	12.866.768,22484851	2,9195822660
2956	02/08/2023	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,00	47.904,74	14.235,04564300	3,3652682080
2957	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	4.638.173,05	0,00	1.782.412,30291200	2,6021886420
2959	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	4.590.268,31	1.572.234,61844387	2,9195822660
2962	02/08/2023	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,00	310.495,45	92.264,69684800	3,3652682080
2964	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	14.906.946,47	0,00	5.728.618,68251900	2,6021886420
2967	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	14.596.451,02	4.999.499,82228040	2,9195822660
2969	02/08/2023	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,00	8.715.321,78	2.589.785,19416700	3,3652682080
2970	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	12.845.740,38	0,00	4.936.513,89167800	2,6021886420
2988	02/08/2023	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	4.112.022,40	1.408.428,33830200	2,9195822660

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
2990	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	104.468,41	40.146,36307063	2,6021886420
3013	02/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	2.050.343,64	0,00	787.930,43936400	2,6021886420
2933	03/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	3.773,00	0,00	1.449,23345900	2,6034452730
2950	03/08/2023	BB PREV RF IDKA2	0,00	30.967.188,02	8.672.637,74948500	3,5706769860
2952	03/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	30.967.188,02	0,00	11.894.695,21067200	2,6034452730
2963	03/08/2023	BB PREV RF IDKA2	0,00	16.498.380,41	4.620.518,87450800	3,5706769860
2965	03/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	16.498.380,41	0,00	6.337.133,55955700	2,6034452730
2971	03/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.348,74	518,05967000	2,6034452730
2991	03/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	36.404,74	0,00	13.983,29374447	2,6034452730
3024	04/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	218,20	83,77310000	2,6046547280
3036	04/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	5.994,99	2.301,64479600	2,6046547280
2934	04/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	496,04	0,00	190,44366700	2,6046547280
2972	04/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	3.226,29	1.238,66321500	2,6046547280
2992	04/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	52.552.391,12	0,00	20.176.336,83077500	2,6046547280
3037	07/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	77.371,55	29.691,40984000	2,6058563880
2935	07/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	12.448.158,19	0,00	4.776.993,17864300	2,6058563880
2973	07/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	131.809,70	50.582,10445000	2,6058563880
2993	07/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	60.424.709,44	23.188.042,79401400	2,6058563880
3014	07/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	303.990,65	116.656,71654000	2,6058563880
2974	08/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	528,00	202,52607400	2,6070717140
2994	08/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	37.075,38	14.221,08176039	2,6070717140
2975	09/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.104,14	423,32450700	2,6082591060
2995	09/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	54.875,63	0,00	21.039,17891900	2,6082591060
3047	10/08/2023	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	80.000.000,00	0,00	24.794.103,93431500	3,2265735520
3050	10/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	80.000.000,00	30.658.029,45054303	2,6094305940
2936	10/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	203,01	0,00	77,79858100	2,6094305940
2946	10/08/2023	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	30.000.000,00	0,00	1.169.423,27514200	25,6536710340
2948	10/08/2023	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	36.476.015,29	0,00	11.304.876,42762405	3,2265735520
2953	10/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	66.476.015,29	25.475.295,43296700	2,6094305940
2960	10/08/2023	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	16.484.743,04	0,00	642.588,07319000	25,6536710340

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
2961	10/08/2023	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	15.000.000,00	0,00	4.648.894,48768400	3,2265735520
2966	10/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	31.484.743,04	12.065.752,24207600	2,6094305940
2968	10/08/2023	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	32.000.000,00	0,00	9.917.641,57372600	3,2265735520
2976	10/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	32.000.000,00	12.263.211,78021700	2,6094305940
2996	10/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	15.128,65	0,00	5.797,68246500	2,6094305940
3015	11/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	198.135,59	0,00	75.896,43593000	2,6106046690
3026	11/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	59.624,56	22.839,36771700	2,6106046690
3038	11/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	282.612,93	0,00	108.255,73605837	2,6106046690
2997	11/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	17.323,13	0,00	6.635,67724585	2,6106046690
3016	14/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	99.161,87	0,00	37.967,24215500	2,6117743710
3027	14/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	190.470,02	0,00	72.927,44048400	2,6117743710
3039	14/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	467.911,55	179.154,66021701	2,6117743710
3051	14/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	3.964,23	0,00	1.517,83019300	2,6117743710
2932	14/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	12.517.233,99	4.792.616,90021400	2,6117743710
2998	14/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	12.172.986,56	0,00	4.660.810,93955200	2,6117743710
2937	15/08/2023	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	2.151.709,56	0,00	277.006,25973800	7,7677290110
2940	15/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.151.709,56	823.481,79352300	2,6129412640
2941	15/08/2023	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	954.431,73	0,00	122.871,39891800	7,7677290110
2944	15/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	954.431,73	365.271,02403600	2,6129412640
2955	15/08/2023	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	4.657.338,60	0,00	599.575,31904100	7,7677290110
2958	15/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	4.657.338,60	1.782.412,28158000	2,6129412640
2977	15/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	19.642,83	0,00	7.517,51685700	2,6129412640
2999	15/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	14.096,04	0,00	5.394,70220500	2,6129412640
3000	16/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	41.710,80	0,00	15.955,94828267	2,6141222860
2978	17/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	77.849,20	29.767,40081000	2,6152501690
3001	17/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	22.795.301,48	0,00	8.716.298,63567300	2,6152501690
3017	18/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	73.636,66	28.144,11337900	2,6164142750
3028	18/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	33.042.664,95	12.628.988,17886900	2,6164142750
3040	18/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	18.153,57	6.938,33930400	2,6164142750
2979	18/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	153.089,42	58.511,15454600	2,6164142750

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
3002	18/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	26.208.208,87	10.016.842,17993345	2,6164142750
3041	21/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	12.948.700,17	0,00	4.946.934,76627800	2,6175198950
2980	21/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	9.774.470,80	3.734.248,90434309	2,6175198950
3003	21/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	154.405,62	0,00	58.989,28229541	2,6175198950
3018	22/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	20.335.435,23	7.765.387,23570300	2,6187277740
3042	22/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	10.429.736,19	3.982.749,29282600	2,6187277740
3052	22/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	3.625.984,56	1.384.635,92741500	2,6187277740
2981	22/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	310,39	118,52702000	2,6187277740
3004	22/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	21.752,64	0,00	8.306,56787400	2,6187277740
3029	23/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	39.042.275,79	0,00	14.902.278,54072800	2,6198863270
3053	23/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	7.695.661,78	2.937.402,93259700	2,6198863270
2982	23/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	110,00	41,98655400	2,6198863270
3005	23/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	2.572,53	0,00	981,92428100	2,6198863270
2983	24/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	4.104,00	1.565,80184400	2,6210213100
3006	24/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	131.159,93	0,00	50.041,53514400	2,6210213100
3019	25/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	5.967.298,63	0,00	2.275.675,03239100	2,6222103530
3030	25/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	72.649,91	0,00	27.705,59955900	2,6222103530
3054	25/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	11.752.060,19	0,00	4.481.738,15519900	2,6222103530
2984	25/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	107.783,76	41.104,16232500	2,6222103530
3007	25/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	10.795,63	0,00	4.116,99617700	2,6222103530
3043	28/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	2.728,86	0,00	1.040,20143500	2,6233957260
3008	28/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	5.021.070,57	0,00	1.913.958,50814100	2,6233957260
3009	28/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	4.743,07	1.807,98876500	2,6233957260
3020	29/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.001.709,18	381.661,83571700	2,6245987580
3031	29/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	7.526.192,36	2.867.559,21721700	2,6245987580
3044	29/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	423.442,07	161.335,92561884	2,6245987580
2985	29/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	776.407,34	295.819,44197506	2,6245987580
3010	29/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	41.303.024,77	0,00	15.736.891,07491300	2,6245987580
3021	30/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.564.407,77	976.619,45862900	2,6258004050
3032	30/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.604.853,44	611.186,37842500	2,6258004050

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
3045	30/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.281.721,35	488.125,96249104	2,6258004050
3055	30/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	388.870,28	148.095,90220900	2,6258004050
2986	30/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	10.324.396,05	0,00	3.931.904,35584500	2,6258004050
3011	30/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	47.279.303,35	18.005.672,95974700	2,6258004050
3033	31/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	2.693.098,45	1.025.119,66534700	2,6271064160
3056	31/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	647,07	0,00	246,30521000	2,6271064160
2987	31/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	275,00	104,67790700	2,6271064160
3012	31/08/2023	BB PREV RF FLUXO FIC	389.640,88	0,00	148.315,60595602	2,6271064160
Total			667.978.655,47	690.413.698,33		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%

Value-At-Risk (R\$): 5.001.044,69

Value-At-Risk: 0,70%

	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
ESTADO DE SANTA CATARINA		0,70	0,70			717.269.702,73	100,00

Renda Fixa

Value-At-Risk: 0,66%

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI		0,66	0,11	0,67			135.929.634,29	18,95
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI		0,01	0,00	0,01			7.808.459,09	1,09
BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI		NaN	0,00	NaN			0,00	0,00
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI		1,86	0,41	0,06			160.742.643,98	22,41
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO		0,01	0,00	0,01			183.878.225,02	25,64
BB PREV RF IDKA2		NaN	0,00	NaN			0,00	0,00
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI		2,87	0,03	0,05			8.473.601,79	1,18
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI		0,72	0,07	0,03			85.834.283,80	11,97
BB PREV IRF-M 1+		1,48	0,02	0,03			11.964.260,03	1,67
Sub-total	1,55	0,79	0,65		-0,30	0,67	594.631.108,00	82,90

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI		NaN	0,00	NaN			0,00	0,00
BB PREV RF FLUXO FIC		0,01	0,00	0,01			113.511.609,47	15,83
Sub-total	0,03	0,01	0,00		-2,61	1,06	113.511.609,47	15,83

Renda Variável

Value-At-Risk: 7,08%

Artigo 8º I

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA		7,08	0,05	1,13			9.126.985,26	1,27
Sub-total	13,00	7,08	0,05		-0,40	-4,02	9.126.985,26	1,27



RELATÓRIO MACROECONÔMICO

SETEMBRO/2023

Prezados(as) Senhores(as),

Este documento tem por objetivo apresentar as principais informações macroeconômicas para o mês de setembro de 2023, na intenção de ajudá-los na tomada de decisão e acompanhamento da carteira de investimentos.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

O presente relatório apresenta todas as informações e índices disponíveis até o último dia útil do mês de referência, sendo disponibilizado em 13.09.2023.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela LDB CONSULTORIA FINANCEIRA.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe LDB Empresas.

“Tudo é considerado impossível até acontecer.”

-Nelson Mandela-

1. COMENTÁRIO DO MÊS:

MERCADOS INTERNACIONAIS

No mês de agosto, no cenário internacional, os juros globais tiveram alta, especialmente os mais longos, seguindo a expectativa de que a atividade econômica mais resiliente nos EUA possa resultar em taxas de juros mais altas por mais tempo

Nos EUA, os dados mostram uma economia sólida, avançando além do esperado, sugerindo que a alta das taxas de juros até **agora vem tendo efeito menos restritivo que o previsto**. O mercado de trabalho segue aquecido, ainda que em trajetória de desaceleração. Esse ambiente aponta para uma chance menor de recessão.

Ainda nos EUA, não houve alteração relevante nas expectativas para a política monetária. **É provável que o FED tenha encerrado o ciclo de alta dos juros, com a taxa seguindo em 5,5%, ainda que um ajuste residual seja possível**. Ao longo do ano de 2024, espera-se o início de um movimento de redução dos juros, que deve ocorrer de forma suave.

Na zona do euro, os dados econômicos seguem demonstrando sinais de fraquezas no lado da atividade, mas ainda **exibe uma inflação resiliente**, com destaque para desaceleração mais forte do crédito e acomodação da expectativa de crescimento, entretanto, ainda apresenta um fraco desempenho na Alemanha.

A China tem realizado esforços para conter a desaceleração do setor de construção civil, que **apresenta graves problemas de excesso de oferta, falta de demanda e dificuldades financeiras das empresas**. O desempenho do setor será fundamental para ditar os rumos da economia chinesa, com repercussões importantes nos mercados emergentes. Nesse ambiente, a China deverá continuar crescendo abaixo do potencial.

Assim, no mês de agosto de 2023, os principais índices de ações globais encerraram o mês em território negativo, acompanhando o movimento de alta das curvas de juros, o MSCI ACWI e S&P 500, respectivamente, desvalorizaram -2,96% e -1,77%, todos em “moeda original”, ou seja, considerando apenas a performance dos índices estrangeiros. Observando no acumulado nos últimos 12 meses, esses índices apresentam retornos de +11,91% e +13,97%, respectivamente.

Considerando esses mesmos índices, mas, agora contando com variação cambial, o MSCI ACWI e o S&P 500, respectivamente, renderam cerca de +0,73% e +1,97%, devido à valorização do Dólar frente ao Real. Assim, acumulam retornos de +6,36% e +8,32% nos últimos 12 meses.

BRASIL

Localmente, as curvas de juros tiveram alta, acompanhando o movimento do exterior. O mercado passou a refletir expectativas de queda de juros em um ritmo mais lento que o esperado. Assim, o Ibovespa teve retornos negativos, com queda mais acentuada que a das Bolsas globais.

O PIB voltou a surpreender favoravelmente no segundo trimestre, superando as expectativas, com contribuição positiva dos setores industrial e de serviços, reforçando a percepção de uma economia resiliente. O setor agropecuário mostrou leve queda, após uma performance forte no primeiro trimestre, quando havia sido o principal fator impulsionando o crescimento naquele período.

A inflação continua seguindo em uma direção mais construtiva. O núcleo do IPCA vem passando por desaceleração, com efeito benigno dos preços de bens, enquanto a inflação de serviços passa por decompressão mais gradual. Espera-se uma continuidade desse movimento nos próximos meses, ainda que num ritmo gradual.

Já no começo de agosto, em acordo com as expectativas do mercado, o Copom iniciou o ciclo de redução dos juros com um corte de 0,50% da taxa Selic para 13,25% e a sinalização de que este ritmo deverá ser mantido nas próximas reuniões.

Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 11.09.2023, e apresentada no item 3 deste relatório como “Taxa de Juros Real”, a taxa de juros real com vencimento para 9 anos apresentava taxa de retorno estimada em 5,42% a.a., continuando acima da taxa máxima pré-fixada de 4,90% limitada pela SPREV para o ano de 2023.

O Ibovespa fechou o mês com performance negativa, seguindo a direção dos índices globais. Apresentando um retorno negativo de -5,09% no mês. Sendo assim, o Ibovespa possui um comportamento positivo anual de +5,47% e de +5,68% nos últimos 12 meses.

Mediante a todo esse cenário exposto acima e em linha com o último relatório disponibilizado, tentando elucidar muitos questionamentos recebidos acerca dos prêmios trazidos pelas NTN-Bs atualmente, a estratégia de compra direta de NTN-Bs, respaldada por um estudo de ALM, pode auxiliar na “ancoragem de rentabilidade” ainda acima da meta atuarial dos RPPS. Tal estratégia, em especial para carregamento até o vencimento, pode contribuir proporcionalmente para a redução da volatilidade global da carteira de investimentos do RPPS, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo.

2. EXPECTATIVAS DE MERCADO

2.1. BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,84	4,92	4,93 ▲	(2)	151	4,93	67	3,86	3,88	3,89 ▲	(3)	149	3,82	66
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,29	2,56	2,64 ▲	(3)	110	2,96	54	1,30	1,32	1,47 ▲	(1)	104	1,60	51
Câmbio (R\$/US\$)	4,93	4,98	5,00 ▲	(1)	116	5,00	47	5,00	5,00	5,02 ▲	(1)	113	5,04	46
Selic (% a.a)	11,75	11,75	11,75 =	(5)	136	11,75	57	9,00	9,00	9,00 =	(5)	135	9,00	56
IGP-M (variação %)	-3,49	-3,56	-3,54 ▲	(1)	72	-3,53	32	4,00	4,00	4,00 =	(12)	68	4,00	30
IPCA Administrados (variação %)	9,03	10,02	10,10 ▲	(7)	97	10,19	37	4,35	4,28	4,28 =	(1)	86	4,27	32
Conta corrente (US\$ bilhões)	-43,00	-43,00	-42,80 ▲	(1)	31	-44,15	14	-50,20	-50,20	-50,00 ▲	(1)	30	-51,00	13
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,00	72,35	70,10 ▼	(1)	31	70,85	16	60,00	60,00	60,00 =	(8)	28	60,00	13
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00 =	(8)	28	80,00	13	80,00	80,00	80,00 =	(32)	27	80,00	12
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,40	60,45	60,40 ▼	(2)	31	60,15	15	63,95	63,95	63,90 ▼	(1)	31	64,00	15
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,00	-1,00 =	(9)	42	-1,00	20	-0,80	-0,71	-0,71 =	(1)	40	-0,73	20
Resultado nominal (% do PIB)	-7,45	-7,45	-7,40 ▲	(1)	30	-7,30	14	-6,90	-6,80	-6,80 =	(1)	29	-6,60	14

Relatório Focus de 08.09.2023. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

2.2. DINÂMICA DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

Como destaques para o final de 2023, o último Boletim Focus apresentou expectativas estáveis para a taxa Selic e elevadas para a inflação, o PIB e Câmbio.

Inflação (IPCA): Para o final de 2023 e 2024 tivemos a elevação das expectativas para 4,93% e para 3,89%.

SELIC: Para o final de 2023 e 2024 tivemos a estabilidade das expectativas, respectivamente, para 11,75% e 9%.

PIB: Para o final de 2023 tivemos o aumento da expectativa para 2,64%. Para 2024, em relação ao último relatório, foi elevada para 1,47%.

Câmbio (Dólar/ Real): Para 2023 as expectativas foram aumentadas para R\$ 5,00. Enquanto, para o final 2024 a expectativa elevou para R\$ 5,02.

3. CURVA DE JUROS E INFLAÇÃO

Taxa de Juros Real: A curva de juros real calculada pela ANBIMA, projetada em 11.09.2023, estima uma taxa real de juros de 5,42% a.a. para 9 anos.

Curva de Juros Real		
Ano	Taxa*	
	Ago/23	Set/23
1	6.70%	6.25%
2	5.23%	5.35%
3	4.89%	5.21%
4	4.84%	5.22%
5	4.87%	5.26%
6	4.98%	5.34%
7	4.98%	5.34%
8	5.03%	5.38%
9	5.08%	5.42%



* FONTE: ANBIMA; Referência ago/23 divulgada em 10.08.2023 e referência set/23 divulgada em 11.09.2023.

Taxa de Inflação Implícita: A curva de inflação implícita calculada pela ANBIMA, projetada em 11.09.2023, estima uma taxa de inflação máxima de 5,72% a.a. para 9 anos.

Curva de Inflação Implícita		
Ano	Taxa*	
	Ago/23	Set/23
1	4.02%	4.33%
2	4.56%	4.65%
3	4.93%	4.95%
4	5.21%	5.21%
5	5.41%	5.40%
6	5.53%	5.54%
7	5.61%	5.62%
8	5.66%	5.68%
9	5.69%	5.72%



* FONTE: ANBIMA; Referência ago/23 divulgada em 10.08.2023 e referência set/23 divulgada em 11.09.2023.

Taxa de Juros Prefixados: A curva de juros prefixada calculada pela ANBIMA, projetada em 11.09.2023, estima uma taxa prefixada de juros de 11,45% a.a. para 9 anos.

Curva de Juros Pré		
Ano	Taxa*	
	Ago/23	Set/23
1	10.99%	10.85%
2	10.03%	10.25%
3	10.06%	10.42%
4	10.30%	10.71%
5	10.54%	10.95%
6	10.72%	11.13%
7	10.87%	11.27%
8	10.98%	11.37%
9	11.07%	11.45%



* FONTE: ANBIMA; Referência ago/23 divulgada em 10.08.2023 e referência set/23 divulgada em 11.09.2023.

4. INDICADORES

Indicadores	Índices Financeiros													No ano (2023)	Acumulado 12 meses
	2022				2023										
	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	Agosto			
Renda Fixa															
IDkA IPCA 20A	5.00%	-0.33%	-2.10%	-3.32%	-4.58%	0.79%	6.29%	5.47%	7.14%	5.91%	0.76%	-3.05%	19.50%	18.37%	
IRF-M 1+	1.58%	0.92%	-1.42%	1.62%	0.72%	0.79%	2.67%	1.25%	2.85%	2.65%	0.82%	0.59%	12.99%	16.04%	
IMA-B5+	2.39%	0.65%	-1.18%	-1.19%	-1.26%	1.17%	3.73%	3.03%	4.13%	3.37%	0.73%	-1.27%	14.28%	15.00%	
IRF-M	1.40%	0.93%	-0.66%	1.48%	0.84%	0.86%	2.15%	1.10%	2.20%	2.12%	0.89%	0.76%	11.43%	14.96%	
IMA-S	1.11%	1.08%	1.01%	1.11%	1.15%	0.96%	1.15%	0.86%	1.21%	1.14%	1.06%	1.18%	9.04%	13.81%	
IMA-B	1.48%	1.23%	-0.79%	-0.19%	0.00%	1.28%	2.66%	2.02%	2.53%	2.39%	0.81%	-0.38%	11.84%	13.76%	
IRF-M 1	1.11%	1.00%	0.94%	1.18%	1.10%	0.98%	1.23%	0.86%	1.14%	1.19%	1.07%	1.15%	9.05%	13.74%	
IMA-GERAL	1.26%	1.01%	-0.06%	0.77%	0.70%	1.03%	1.86%	1.25%	1.77%	1.74%	0.98%	0.63%	10.39%	13.72%	
CDI	1.07%	1.02%	1.02%	1.12%	1.12%	0.92%	1.17%	0.92%	1.12%	1.07%	1.07%	1.14%	8.87%	13.55%	
IMA-B5	0.42%	1.91%	-0.33%	0.94%	1.40%	1.41%	1.52%	0.90%	0.57%	1.05%	0.97%	0.61%	8.75%	11.97%	
IDkA IPCA 2A	0.62%	1.78%	-0.77%	1.24%	1.44%	1.62%	1.58%	0.71%	0.29%	0.97%	0.98%	0.77%	8.66%	11.80%	
Renda Variável															
IDIV	-1.80%	4.03%	0.78%	-1.61%	5.89%	-7.55%	-2.02%	3.89%	0.84%	8.78%	2.84%	-2.83%	9.22%	10.64%	
IFIX	0.49%	0.02%	-4.15%	0.00%	-1.60%	-0.45%	-1.69%	3.52%	5.43%	4.71%	1.33%	0.49%	12.06%	7.95%	
Ibovespa	0.47%	5.45%	-3.06%	-2.45%	3.37%	-7.49%	-2.91%	2.50%	3.74%	9.00%	3.27%	-5.09%	5.47%	5.68%	
IBRX - 50	0.48%	5.32%	-2.19%	-2.55%	3.38%	-7.54%	-3.50%	1.64%	2.92%	8.77%	3.70%	-4.76%	3.66%	4.56%	
IBRX - 100	-0.05%	5.57%	-3.11%	-2.63%	3.51%	-7.59%	-3.07%	1.93%	3.59%	8.87%	3.32%	-5.01%	4.62%	4.16%	
IVBX-2	-2.48%	8.89%	-7.47%	-3.14%	3.27%	-8.11%	-3.52%	1.49%	7.52%	8.43%	3.03%	-6.92%	3.90%	-1.13%	
SMLL	-1.84%	7.30%	-11.23%	-3.01%	2.92%	-10.52%	-1.74%	1.91%	13.54%	8.17%	3.12%	-7.43%	8.13%	-1.94%	
ISE	-2.54%	7.65%	-10.48%	-4.37%	2.25%	-8.16%	-1.21%	3.23%	9.02%	9.00%	1.27%	-7.55%	6.55%	-4.30%	
Investimentos no Exterior															
Global BDRX	-8.38%	1.33%	7.09%	-4.22%	4.37%	1.15%	2.99%	-0.49%	5.90%	0.48%	2.13%	3.26%	21.43%	15.64%	
S&P 500 (M. Orig.)	-9.34%	7.99%	5.38%	-5.90%	6.18%	-2.61%	3.51%	1.46%	0.25%	6.47%	3.11%	-1.77%	17.40%	13.97%	
MSCI ACWI (M.Orig.)	-9.74%	5.96%	7.60%	-4.05%	7.10%	-2.98%	2.82%	1.27%	-1.32%	5.64%	3.55%	-2.96%	13.34%	11.91%	
S&P 500	-5.36%	5.00%	6.12%	-7.26%	3.77%	-0.54%	0.97%	-0.13%	2.16%	0.69%	1.45%	1.97%	10.75%	8.32%	
MSCI ACWI	-5.78%	3.03%	8.36%	-5.43%	4.67%	-0.92%	0.30%	-0.32%	0.56%	-0.09%	1.88%	0.73%	6.92%	6.36%	
Índices Econômicos															
SELIC	1.07%	1.02%	1.02%	1.12%	1.12%	0.92%	1.17%	0.92%	1.12%	1.07%	1.07%	1.14%	8.87%	13.55%	
IPCA	-0.29%	0.59%	0.41%	0.62%	0.53%	0.84%	0.71%	0.61%	0.23%	-0.08%	0.12%	0.23%	3.23%	4.61%	
INPC	-0.32%	0.47%	0.38%	0.69%	0.46%	0.77%	0.64%	0.53%	0.36%	-0.10%	-0.09%	0.20%	2.80%	4.06%	
DÓLAR	4.39%	-2.77%	0.71%	-1.44%	-2.27%	2.13%	-2.45%	-1.57%	1.90%	-5.43%	-1.61%	3.80%	-5.67%	-4.96%	
IGPM	-0.95%	-0.97%	-0.56%	0.45%	0.21%	-0.06%	0.05%	-0.95%	-1.84%	-1.93%	-0.72%	-0.14%	-5.28%	-7.20%	
Meta Atuarial															
IPCA + 6% a.a.	0.20%	1.06%	0.88%	1.13%	1.04%	1.26%	1.25%	1.03%	0.74%	0.41%	0.61%	0.76%	7.32%	10.86%	
INPC + 6% a.a.	0.17%	0.94%	0.85%	1.20%	0.97%	1.19%	1.18%	0.95%	0.87%	0.39%	0.40%	0.73%	6.87%	10.27%	
IPCA + 5% a.a.	0.12%	0.98%	0.80%	1.05%	0.96%	1.19%	1.16%	0.96%	0.66%	0.33%	0.53%	0.68%	6.64%	9.82%	
INPC + 5% a.a.	0.09%	0.86%	0.77%	1.12%	0.89%	1.12%	1.09%	0.88%	0.79%	0.31%	0.32%	0.65%	6.20%	9.24%	
IPCA + 4% a.a.	0.04%	0.90%	0.72%	0.97%	0.87%	1.12%	1.07%	0.89%	0.57%	0.25%	0.45%	0.59%	5.97%	8.78%	
INPC + 4% a.a.	0.01%	0.78%	0.69%	1.04%	0.80%	1.05%	1.00%	0.81%	0.70%	0.23%	0.24%	0.56%	5.52%	8.20%	

RELATÓRIO GESTÃO DE RISCO RPPS/SC – IPREV/SC

AGOSTO/2023

31/08/2023

A Portaria 1.467/22 do Ministério da Previdência e do Trabalho – MPT – estabelece, em seu Art. 129º, a confecção de relatórios, no mínimo semestrais acerca da aderência da gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência – RPPS – às normas em vigor e à suas Políticas de Investimentos – PI -, senão vejamos:

“Art. 129. Deverão ser emitidos **relatórios, no mínimo, semestralmente**, que contemplem:

I - as conclusões dos exames efetuados, **inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor** e à política de investimentos;

II - **as recomendações a respeito de eventuais deficiências**, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único: As conclusões, recomendações, análises e manifestações deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento dos órgãos ou instâncias com atribuições para determinar as providências necessárias.” (Grifo Nosso)

Assim, o presente relatório demonstra, na periodicidade legalmente estabelecida, bem como de acordo com a Política de Investimentos – PI – de 2023, o acompanhamento dos critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

O objetivo é verificar se foram realizados os procedimentos necessários para avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

RISCO DE MERCADO

O acompanhamento do risco de mercado é feito através do cálculo do **VaR (Value at Risk)** por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado é feito por meio do cálculo do **VaR** por cota, com o objetivo do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV/SC - controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (**VaR**) é feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
RENDA FIXA	5%
RENDA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

Abaixo seguem os valores do **VaR** consolidado por segmento na data deste relatório.



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA		Data Extrato: 31/08/2023						
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS								
Análise de Risco								
Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%				Value-At-Risk (R\$): 5.001.044,69		Value-At-Risk: 0,70%		
	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira	
ESTADO DE SANTA CATARINA		0,70	0,70			717.269.702,73	100,00	
Renda Fixa Value-At-Risk: 0,66%								
Artigo 7º I, Alínea b								
Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI		0,66	0,11	0,67			135.929.634,29	18,95
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI		0,01	0,00	0,01			7.808.459,09	1,09
BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI		NaN	0,00	NaN			0,00	0,00
BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI		1,86	0,41	0,06			160.742.643,98	22,41
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO		0,01	0,00	0,01			183.878.225,02	25,64
BB PREV RF IDKA2		NaN	0,00	NaN			0,00	0,00
BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI		2,87	0,03	0,05			8.473.601,79	1,18
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI		0,72	0,07	0,03			85.834.283,80	11,97
BB PREV IRF-M 1+		1,48	0,02	0,03			11.964.260,03	1,67
Sub-total	1,55	0,79	0,65		-0,30	0,67	594.631.108,00	82,90
Artigo 7º III, Alínea a								
Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI		NaN	0,00	NaN			0,00	0,00
BB PREV RF FLUXO FIC		0,01	0,00	0,01			113.511.609,47	15,83
Sub-total	0,03	0,01	0,00		-2,61	1,06	113.511.609,47	15,83
Renda Variável Value-At-Risk: 7,08%								
Artigo 8º I								

21 de 22



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA		Data Extrato: 31/08/2023						
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS								
Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA		7,08	0,05	1,13			9.126.985,26	1,27
Sub-total	13,00	7,08	0,05		-0,40	-4,02	9.126.985,26	1,27

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco de Mercado** está de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos de 2023.

RISCO DE CRÉDITO

O IPREV/SC utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No mês de agosto/2023 foram solicitados, à LDB, análise de todos os fundos que não sejam compostos de 100% títulos Públicos, conforme recomendação feita no Relatório de Maio/2023. Procedida à análise, a consultoria concluiu que todos estão aptos para receberem recursos do RPPS/SC. Todas as análises encontram-se arquivadas digitalmente em pasta própria no atalho:

> Este Computador > SERVIDOR_ARQUIVOS (\\NTIPREV-AD2) (S:) > DIAD-ADM > GE AFC > Investimentos > RELATÓRIOS GESTÃO DE RISCO > Abertura carteira fundos > BB > 08.23

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
estado-de-santa-catarina_2023-08-31	14/09/2023 13:23	Planilha do Micro...	12 KB
estado-de-santa-catarina_carteira_2023-08-31	14/09/2023 13:23	Microsoft Edge P...	991 KB
BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FIC FL_AGOSTO23	15/08/2023 14:12	Microsoft Edge P...	705 KB
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI PERFIL FIC FL_AGOSTO23	15/08/2023 14:15	Microsoft Edge P...	701 KB
BB TOP DI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FL_AGOSTO23	15/08/2023 14:20	Microsoft Edge P...	682 KB
BB TOP RENDA FIXA SIMPLES FL_AGOSTO23	15/08/2023 14:23	Microsoft Edge P...	674 KB

A próxima verificação análise, a ser solicitada junto à Consultoria LDB, será em outubro/2023.

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório os **Riscos de Crédito**, estão de acordo com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2023.

RISCO DE LIQUIDEZ

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	80 %
De 31 dias a 365 dias	10 %
Acima de 365 dias	0%

Abaixo seguem os prazos de investimentos da carteira do RPPS/SC na data deste relatório.



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA	Data Extrato: 31/08/2023
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS	

Análise de Liquidez

Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo
de 0 a 30 dias	717.269.702,73	100,00	717.269.702,73	100,00	
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	717.269.702,73	100,00	
acima de 365 dias	0,00	0,00	717.269.702,73	100,00	

Destaca-se que com o resgate **compulsório**, em 16/05/23 dos fundos BB PREV RF IPCA (Vértice 23), com cerca de R\$ 99.026.098,53 (posição de 28/04/23), foi liquidada toda a posição da carteira com horizonte/período superior a 31 dias.

CONCLUSÃO: Os atuais percentuais mínimos de liquidez **continuam desenquadrados involuntariamente** com aqueles previstos pela Política de Investimentos 2023. No

Relatório de Gestão de ABRIL/23 sugeriu-se que fosse submetido, à aprovação do Conselho de Administração. Em 07/08/23 foi aberto o processo IPREV 4837/2023, que foi encaminhado ao Conselho de Administração, em 06/09/23, para deliberação acerca da demanda.

RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Dessa forma, para a gestão desse risco serão realizadas ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle destacamos:

- a) O acompanhamento e análise mensal dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos neste relatório, o qual é realizado na frequência estabelecida;
- b) O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos. Neste sentido ficou deliberado, em reunião realizada pelo Comitê de Investimentos em 27/07/23, que todos os investimentos/desinvestimentos dos recursos do RPPS/SC serão encaminhados, pela DIAD, ao Comitê para manifestação do mesmo antes de sua execução. Excluem-se as movimentações oriundas dos repasses dos poderes, bem como aquelas relativas ao pagamento de benefícios e despesas com o custeio do RPPS/SC e sua unidade gestora. Também foi sugerido que as reuniões para a deliberação destas movimentações sejam realizadas pelo aplicativo WhatsApp, onde o Comitê possui um grupo. As deliberações seriam “printadas” e seriam arquivadas para posterior ratificação em reunião ordinária, ou comprovação, caso necessário.
- c) O acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento, os quais nesse momento se encontram assim certificados:

Tipo de Certificação Profissional	Membros Certificados	Data de Vencimento da Certificação
Certificação Profissional ANBIMA CPA – 10	Saulo Rodolfo Vidal	29/09/2024
Certificação ICSS	Yuri Carioni Engelke	08/01/2026
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Abelardo O. Rocha Junior	13/01/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Jean J. Dressel Braun	13/09/2027
Sem Certificação	Aliceana de Andrade Graciosa	—

- d) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento. Neste sentido, em reunião realizada pelo Comitê de Investimentos em 27/07/23, ficou

estabelecido que, primeiramente, o REGULAMENTO DE CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO IPREV/SC, aprovado pelo Comitê, deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Administração em sua reunião de Setembro/2023. Enquanto isso será feito o fluxo/processo com as atribuições/responsabilidades de todos os agentes/setores envolvidos nas decisões de investimento e desinvestimento dos recursos do RPPS/SC. Neste sentido, em 07/08/23 foi aberto o processo IPREV 4808/2023, que foi encaminhado ao Conselho de Administração, em 22/08/23, para deliberação acerca da demanda.

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório todos os Riscos Operacionais estão sendo geridos conforme as demonstrações acima apresentadas e de acordo com o estabelecido na Política de Investimentos 2023.

RESSALVA-SE:

- a) A necessidade de certificação da servidora Aliceana de Andrade Graciosa;
- b) A continuidade do processo de elaboração e aprovação do documento de estabelece a formalização das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

Todavia, o IPREV/SC, até presente data faz GESTÃO PRÓPRIA de seus investimentos.

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco de Terceirização** está sendo minimizado, pois o IPREV/SC realiza gestão/administração própria de seus investimentos. De toda forma o comitê acompanha a eficiência da gestão dos fundos, conferindo a evolução das cotas, o risco legal, o de crédito e o de mercado através deste relatório.

RISCO LEGAL

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- a) Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário;
- b) Da realização de relatórios de *compliance*, a exemplo do presente, que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Comitê de Investimentos IPREV/SC;

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco Legal** está sendo minimizado, com o Comitê acompanhando a eficiência da gestão dos fundos, conferindo a evolução das cotas, o risco legal, o de crédito e o de mercado através deste relatório. **RESSALVA-SE**, todavia, que permanecem as conclusões e as recomendações contidas no Relatório de Gestão de Riscos de MAR/23.

RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

Na data de elaboração deste relatório, o IPREV/SC concentra seus investimentos em fundos do Banco do Brasil, lastreados em sua grande maioria (98,73%) em títulos públicos federais e CDBs de emissão daquele banco. De toda forma, procura não ultrapassar os limites legais estabelecidos para fundo emissor ou para um fator de risco (Benchmark) conforme podemos atestar na tabela abaixo:

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA 98,73%

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	2,37	0,02	1,04	10,75	135.929.634,29	18,95	5.967.981.074,09	2,28
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREO SELIC FIC FI	0,02	0,05	0,58	0,58	7.808.459,09	1,09	9.484.232.450,43	0,08
BB	BB	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,37	0,00	0,06	7,68	0,00	0,00	6.785.029.538,03	0,00
BB	BB	BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	4,89	-0,64	-0,40	11,65	160.742.643,98	22,41	5.260.991.740,78	3,06
BB	BB	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,02	0,05	1,04	1,04	183.878.225,02	25,84	29.293.680.703,24	0,63
BB	BB	BB PREV RF IDKA2	2,38	0,00	0,36	7,95	0,00	0,00	6.160.923.946,07	0,00
BB	BB	BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	7,55	-1,00	-1,29	13,97	8.473.601,79	1,18	1.858.783.140,34	0,46
BB	BB	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	2,26	-0,24	0,58	8,63	85.834.283,80	11,97	5.437.581.646,17	1,58
BB	BB	BB PREV IRF-M 1+	4,93	-0,35	0,55	12,68	11.964.260,03	1,67	342.301.002,78	3,50
Sub-total Artigo 7º I, Alínea b			2,32	-0,21	0,67	10,29	594.631.108,00	82,90		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,08	0,00	0,10	7,68	0,00	0,00	14.734.335.445,36	0,00
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	0,02	0,05	1,05	8,15	113.511.609,47	15,83	3.554.344.878,79	3,19
Sub-total Artigo 7º III, Alínea a			0,46	0,05	1,06	8,42	113.511.609,47	15,83		
Renda Fixa			1,49	-0,17	0,64	9,44	708.142.717,47	98,73		

1 de 22

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL 1,27%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27	319.333.302,91	2,86
Sub-total Artigo 8º I			19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27		
Renda Variável			19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27		
Total			1,58	-0,19	0,58	9,36	717.269.702,73	100,00		

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco Sistemático** está sendo minimizado, tendo em vista que o IPREV/SC concentra seus investimentos em fundos de investimentos do Banco do Brasil lastreados em títulos públicos federais e CDB's daquele banco, bem como não ultrapassa os limites legais estabelecidos para fundo emissor ou para um fator de risco (Benchmark).

RISCO DE DESENQUADRAMENTO PASSIVO – CONTINGENCIAMENTO

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartada. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do IPREV/SC se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do

IPREV/SC. Segue a Planilha de Enquadramentos das Aplicações do RPPS/SC na data deste Relatório:



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA Data Extrato: 31/08/2023

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA 98,73%

Artigo 7º I, Alinea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	2,37	0,02	1,04	10,75	135.929.634,29	18,95	5.967.981.074,09	2,28
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,02	0,05	0,58	0,58	7.808.459,09	1,09	9.484.232.450,43	0,08
BB	BB	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	0,37	0,00	0,06	7,68	0,00	0,00	6.785.029.538,03	0,00
BB	BB	BB PREV RF IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI	4,89	-0,64	-0,40	11,65	160.742.643,98	22,41	5.260.991.740,78	3,06
BB	BB	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,02	0,05	1,04	1,04	183.878.225,02	25,64	29.293.680.703,24	0,63
BB	BB	BB PREV RF IDKA2	2,38	0,00	0,36	7,95	0,00	0,00	6.160.923.946,07	0,00
BB	BB	BB PREV RF IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI	7,55	-1,00	-1,29	13,97	8.473.601,79	1,18	1.858.783.140,34	0,46
BB	BB	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	2,26	-0,24	0,58	8,63	85.834.283,80	11,97	5.437.581.646,17	1,58
BB	BB	BB PREV IRF-M 1+	4,93	-0,35	0,55	12,68	11.964.260,03	1,67	342.301.002,78	3,50
Sub-total Artigo 7º I, Alinea b			2,32	-0,21	0,67	10,29	594.631.108,00	82,90		

Artigo 7º III, Alinea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,08	0,00	0,10	7,68	0,00	0,00	14.734.335.445,36	0,00
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	0,02	0,05	1,05	8,15	113.511.609,47	15,83	3.554.344.878,79	3,19
Sub-total Artigo 7º III, Alinea a			0,46	0,05	1,06	8,42	113.511.609,47	15,83		
Renda Fixa			1,49	-0,17	0,54	9,44	708.142.717,47	98,73		

1 de 22



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA

Data Extrato: 31/08/2023

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

RENDA VARIÁVEL 1,27%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES ALOCAÇÃO FIA	19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27	319.333.302,91	2,86
Sub-total Artigo 8º I			19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27		
Renda Variável			19,59	-1,45	-4,02	6,01	9.126.985,26	1,27		
Total			1,58	-0,19	0,58	9,36	717.269.702,73	100,00		



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA

Data Extrato: 31/08/2023

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos				
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alinea b	Fundos 100% Títulos Públicos	594.631.108,00	82,90	0,00	44,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alinea a	Fundos Renda Fixa	113.511.609,47	15,83	0,00	43,00	70,00	0,00	60,00
Total Renda Fixa		708.142.717,47	98,73					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	9.126.985,26	1,27	0,00	3,00	40,00	0,00	30,00
Total Renda Variável		9.126.985,26	1,27					30,00
Total		717.269.702,73	100,00					

CONCLUSÃO: No período/data deste Relatório o **Risco de Desenquadramento** está minimizado, conforme atesta a tabela acima.

Florianópolis/SC, 31/08/2023.

ASSINATURA MEMBROS COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC:

Abelardo Osni Rocha Junior
Presidente

Jean Jacques Dressel Braun
Membro

Aliceana de Andrade Graciosa
Membro

Yuri Carioni Engelke
Membro

Saulo Rodolfo Vidal
Membro



Assinaturas do documento



Código para verificação: **607OHX12**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN** (CPF: 727.XXX.979-XX) em 14/09/2023 às 15:58:00
Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 06/06/2022 - 09:54:10 e válido até 05/06/2025 - 09:54:10.
(Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ **YURI CARIONI ENGELKE** (CPF: 053.XXX.109-XX) em 26/09/2023 às 17:32:55
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN** (CPF: 727.XXX.979-XX) em 26/09/2023 às 17:32:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **ABELARDO OSNI ROCHA JÚNIOR** (CPF: 041.XXX.279-XX) em 26/09/2023 às 17:47:27
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:11:00 e válido até 13/07/2118 - 13:11:00.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDU3NTfhNTc2MF8yMDIzXzYwN09IWEky> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00005758/2023** e o código **607OHX12** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Documento Não Conversível

Descrição: SALDOS MÍNIMOS CONTAS FF.

Nome do arquivo: SALDOS MÍNIMOS CONTAS FF.xlsx

Emitido em 14/09/2023.

1							
2	RESUMO DOS SALDOS MÍNIMOS NAS CONTAS DO FF EM 2023 (JAN-AGO/23)						
3							
4	806.016-9	EXE	13.360.028,89				
5	806.017-7	ALE	8.607.230,55				
6	806.018-5	TJ	3.069.154,27				
7	806.019-3	TCE	596.822,49				
8	806.020-7	MP	1.720.040,57				
9	TOTAL		27.353.276,77				
10							
11							
12							

Documento Não Conversível

Descrição: RELATÓRIO ENQUADRAMENTO 25.09.23.

Nome do arquivo: RELATÓRIO ENQUADRAMENTO 25.09.23.xlsx

Emitido em 25/09/2023.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC

Introdução:

A legislação¹ afeta a gestão dos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência – RPPS - determina que os responsáveis pela gestão dos recursos estabeleçam regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a Política de Investimentos estabelecida e os normativos pertinentes.

Neste sentido, vale destacar que são considerados responsáveis pela gestão², os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do RPPS, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos de RPPS, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

A mesma legislação³ determina que o RPPS deverá definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

Essa separação de responsabilidades é necessária, pois os responsáveis pela gestão, bem como o dirigente do ente federativo instituidor RPPS e o de sua unidade gestora, serão solidariamente responsáveis⁴, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Assim, em atendimento ao arcabouço legal, a **Estrutura de Governança de Investimentos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina - RPPS/SC** – tem como objetivo definir as competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas aos objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

Os responsáveis pela gestão, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do RPPS, os consultores e outros profissionais e servidores que participem do processo

¹ Resolução CMN 4.963/21 – Art. 1º, § 1º, inciso IV

² Resolução CMN 4.963/21 – Art. 1º, §§ 4 e 5º

³ Resolução CMN 4.963/21 – Art. 1º, § 6º

⁴ Lei 9.717/98 – Art. 8-A (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos além das obrigações legais e regulamentares, devem:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstando-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à RPPS/SC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e
- V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos da Política de Investimentos – PI - do RPPS/SC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

Distribuição de competências e responsabilidades

Apresentam-se, a seguir, as principais competências atribuições de cada uma das instâncias de aprovação, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

Conselho de Administração:

Aprovar a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais.

Conselho Fiscal:

Fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas vigentes⁵, neste contexto, também as relativas à execução da Política de Investimentos, consubstanciado pelo Relatório de Gestão de Riscos⁶.

Diretoria de Gestão de Recursos Previdenciários:

- I. Planejar, acompanhar, coordenar e orientar as atividades de competência das Gerências de Investimentos e de Controle de Riscos, assumindo o encargo de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e

⁵ Lei Complementar 412/2008 – Art. 43º, inciso V

⁶ Portaria MPT 1.467/22 – Art. 129º

- acompanhamento dos recursos garantidores e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.
- II. Coordenar a elaboração do relatório atuarial anual, bem como articular-se com os poderes e órgãos para o envio e recebimento da base de dados cadastrais dos servidores;
 - III. Presidir o Comitê de Investimentos;
 - IV. Desenvolver outras atividades, relacionados às suas competências, determinadas pelo Presidente do IPREV/SC.

Gerência de Investimentos:

- I. Elaborar a minuta e executar a política anual de investimentos;
- II. Identificar oportunidades de negócios, bem como estudar e apresentar alternativas de investimentos;
- III. Coordenar o processo para credenciamento, habilitação e prestação de serviços por parte de agentes e instituições financeiras;
- IV. Operacionalizar, acompanhar e controlar as aplicações, resgates e liquidações dos investimentos;
- V. Informar à Contabilidade e à Tesouraria quanto ao recebimento dos direitos;
- VI. Conferir apropriações contábeis dos investimentos;
- VII. Acompanhar os valores diários das taxas do mercado financeiro e das cotas dos fundos de investimento;
- VIII. Operacionalizar as compras e a custódia de títulos públicos federais;
- IX. Analisar e controlar as operações de títulos, valores mobiliários e demais investimentos;
- X. Realizar estudos, tarefas, projeções e estatísticas que possam ser utilizadas para o bom desempenho das funções e em alternativas de maximização do portfólio de investimentos;
- XI. Participar como membro do Comitê de Investimentos e disponibilizar informações, pareceres e relatórios que auxiliem na tomada de decisão para alocação dos recursos previdenciários;
- XII. Avaliar a oportunidade financeira e econômica de alienação ou incorporação de imóveis à Carteira de Investimentos do RPPS/SC;
- XIII. Promover estudos econômico-financeiros para os bens imóveis, com o objetivo de auferir o melhor retorno sobre o patrimônio imobiliário;
- XIV. Desempenhar outras atividades correlatas determinadas pelo Diretor de Gestão de Recursos Previdenciários.

Gerência de Controle de Riscos:

- I. Elaborar e executar a metodologia para gestão de risco dos investimentos. Este Relatório contempla, no mínimo, os seguintes aspectos:
 - a. Conclusões dos exames efetuados acerca da gestão dos riscos descritos na Política de Investimentos (mercado, crédito, liquidez, operacional, de terceirização, legal, sistêmico e de enquadramento);

- b. Ressalvas e recomendações a respeito de eventuais não conformidades, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
 - c. Análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.
- II. Acompanhar a legislação financeira, tributária e de investimentos;
 - III. Acompanhar as diligências, bem como prestar as informações de sua competência necessárias para a manutenção do CRP na Secretaria da Previdência Social; e
 - IV. Alimentar os sistemas de controle dos órgãos de fiscalização e prestação de contas sobre os investimentos e patrimônio financeiros do RPPS/SC;
 - V. Controlar contratos pertinentes à área de investimentos;
 - VI. Atestar o fornecimento dos documentos e requisitos necessários às instituições financeiras para cadastro, habilitação e credenciamento de gestores.

Consultoria

- I. Participar da elaboração e análise de pareceres, contratos, convênios e outros documentos relacionados com as atividades de sua área de atuação;
- II. Consultar, analisar e/ou acompanhar alterações da legislação pertinente, a aplicabilidade de leis, normas, regulamentos, modelos, métodos e práticas relacionadas com as atividades de sua área de atuação;
- III. Realizar inspeções e emitir pareceres técnicos sempre que necessário, sobre assuntos relacionados a sua área de atuação;
- IV. Planejar, elaborar, analisar e emitir pareceres sobre planos, programas, projetos relativos à sua área de atuação;
- V. Zelar pela aplicação diligente dos recursos e pela manutenção dos níveis de risco dentro dos parâmetros definidos;
- VI. Manter a documentação referente à sua atividade (pareceres e relatórios internos, atas, contratos, apresentações, etc.) sob sigilo e devidamente arquivada;
- VII. Identificar e analisar oportunidades de investimento no mercado;
- VIII. Subsidiar, quando solicitado, os demais integrantes do RPPS nas suas atividades profissionais, oferecendo suporte técnico nas deliberações a serem proferidas;
- IX. Realizar ALM;
- X. + TR da LDB.

Política de Alçadas

SUGESTÃO A ANALISAR

2.3. Política de Alçadas

A EFPC estabelece que qualquer operação envolvendo montante financeiro superior a 20% do total dos recursos garantidores (RGT) estará sujeita à aprovação prévia do Conselho Deliberativo. Nas demais operações abaixo do referido limite, a EFPC estabelece a seguinte parametrização de alçadas de decisão de cada instância:

LIMITES DE ALÇADA		
Carteira Própria e Fundos Exclusivos (gestão não discricionária)	% RGT	Competência
Títulos Públicos	10%	Diretoria Executiva
Ativos com exposição ao risco de crédito	5%	Diretoria Executiva
Ativos de renda variável	8%	Diretoria Executiva
Empréstimos de valores mobiliários	1%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento (gestão discricionária)	% RGT	Competência
Fundos de Investimento – Renda Fixa	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Renda Variável	8%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Estruturado	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Imobiliário	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento - Exterior	5%	Diretoria Executiva

Política de Investimentos



2024

*INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE
SANTA CATARINA – IPREV/SC*

Sumário

1	Introdução.....	2
2	Definições.....	2

3	Diretrizes Gerais.....	2
4	Gestão Previdenciária (Pró Gestão)	3
5	Comitê de Investimentos.....	4
6	Consultoria de Investimentos	5
7	Modelo de Gestão	5
8	Segregação de Massa.....	6
9	Meta de Retorno Esperado.....	6
10	Aderência das Metas de Rentabilidade	7
11	Carteira Atual.....	8
12	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	8
13	Cenário	9
14	Alocação Objetivo.....	9
15	Apreçamento de ativos financeiros.....	10
16	Gestão de Risco	11
	16.1 Risco de Mercado	11
	16.1.1 VaR	11
	16.2 Risco de Crédito.....	12
	16.2.1 Abordagem Qualitativa	12
	16.3 Risco de Liquidez	13
	16.4 Risco Operacional	14
	16.5 Risco de Terceirização	15
	16.6 Risco Legal	15
	16.7 Risco Sistêmico.....	15
	16.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento	16
17	Considerações Finais.....	16

1 Introdução

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV/SC -, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei a Lei Complementar 412,

de 26 de junho de 2008 e a Resolução CMN nº 4.963/2021, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado de Santa Catarina. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Administrativo do IPREV/SC na reunião ordinária nº [REDACTED], que ocorreu em [REDACTED] / [REDACTED] / [REDACTED].

2 Definições

Ente Federativo: Estado de Santa Catarina

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina / IPREV/SC

CNPJ: 83.882.498/0001-90

Meta de Retorno Esperada: INPC + 4,50% a.a.

Categoria do Investidor: Qualificado

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do IPREV/SC, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2024. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2024.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do IPREV/SC, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o IPREV/SC deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

4 Gestão Previdenciária (Pró Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.4/22, tem por objetivo incentivar o IPREV/SC a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Administração, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, este documento estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos garantidores correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste IPREV/SC, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

5 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a o Decreto Estadual 32, de 4 de fevereiro de 2015, o Comitê de Investimento do IPREV/SC é constituído por 5 (cinco) membros, indicados e nomeados pelo presidente do IPREV, sendo 4 (quatro) servidores do quadro permanente mais o Diretor de Administração, possuindo caráter consultivo. O Diretor de Administração é o Presidente do Comitê e Gestor dor Recursos do RPPS/SC frente á Secretaria de Previdência/MTP.

O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela execução desta Política de Investimento e realizar recomendações junto ao Gestor de Investimentos e ao Conselho de Administração. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 05 membros. A maioria dos membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

Tipo de Certificação Profissional	Membros Certificados	Data de Vencimento da Certificação
Certificação Profissional ANBIMA CPA – 10	Saulo Rodolfo Vidal	29/09/2024
Certificação ICSS	Yuri Carioni Engelke	08/01/2026
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Abelardo O. Rocha Junior (Presidente)	13/01/2027
Certificação Profissional da Secretaria da Previdência – SPREV – CP RPPS CGINV I	Jean J. Dressel Braun	13/09/2027
Sem Certificação	Aliceana de A. Graciosa	—

6 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o IPREV/SC no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e

exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da INCVM nº 592/2017;

6.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

6.3. - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021: Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

A empresa contratada, em julho de 2020, pelo IPREV/SC para esta função é a LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA - EPP, estabelecida na Av. Angélica, 2.503, Conjunto 75, Bairro Higienópolis, São Paulo/SP, e-mail: contato@ldbempresas.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 26.341.935/0001-25, tendo como Sócio Administrador o Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF 271.795.418-00. Contratualmente a LDB deve prestar ao IPREV/SC serviço especializado em consultoria com sistema eletrônico de gerenciamento da carteira de investimento (em ambiente totalmente via WEB) no mercado financeiro e de capitais para acompanhar a situação da carteira de investimentos, informando sobre as necessidades dessa, bem como auxiliar o preenchimento das APR's conforme diretrizes e orientações do MTP. Além de gerar relatórios periódicos a fim de auxiliar na tomada de decisões do Comitê de Investimentos. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato são feitos pela Gerencia de Administração e Finanças do IPREV/SC.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do IPREV/SC, de acordo com o Artigo 95, da Portaria MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, o IPREV/SC realizará diretamente a

execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

Cabe aqui destacar que com o advento da Lei Complementar nº 662/2015 e a conseqüente extinção do Fundo Previdenciário preconizado no art. 11 do citado diploma legal, todos os seus recursos devem reverter ao Fundo Financeiro, o qual, conforme preceitua o art. 9 da mesma Lei Complementar, fica estruturado em regime de repartição simples. Porém o IPREV/SC ainda faz o controle dos valores do extinto Fundo Previdenciário de forma separada entre os poderes, por solicitação dos mesmos.

Os cenários e projeções econômicas para o ano de 2024 exigem que o RPPS, a fim de cumprir com seu objetivo de assegurar a liquidez e a baixa exposição aos riscos, atue de maneira conservadora aproveitando responsavelmente as oportunidades existentes no mercado financeiro, principalmente no ramo de renda fixa de risco soberano.

Assim, a estratégia de investimento e desinvestimento levará em consideração, principalmente, dois aspectos: o risco e a liquidez.

Na aplicação dos recursos, o IPREV/SC deverá observar as informações divulgadas, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento de cada operação ou negociação relativa aos investimentos.

8 Segregação de Massa

O IPREV/SC não possui segregação de massa do seu plano de benefícios. Entretanto há um projeto tramitando para que seja criado um novo fundo capitalizado e havendo segregação de massa para a entrada de novos servidores.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2024 o IPREV/SC prevê que o seu retorno esperado será no mínimo acrescido de uma taxa de juros de 4,5% a.a.. A escolha do INPC justifica-se devido ser o mesmo índice de preços que o Estado utiliza para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos beneficiários, como forma de coerência para evitar

descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial. A escolha da taxa de juros real de 4,5% a.a. justifica-se devido ao fato de ser a mesma que foi utilizada no Relatório de Avaliação Atuarial como taxa de juros e desconto atuarial, que corresponde ao retorno esperado das aplicações financeiras de todos os ativos garantidores do RPPS no horizonte de longo prazo que assegure o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciária.

10 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que as rentabilidades do IPREV/SC cresceram nos últimos três anos às seguintes taxas, aderentes às metas de rentabilidade:

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE
2020	4,74 %	7,08 %
2021	0,94 %	11,86 %
2022	9,89 %	7,57 %
2023 (até 31/08/23)	9,36 %	3,98 %

11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 12/09/2023.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
RENDA FIXA	100%	98,70 %
RENDA VARIÁVEL	30%	1,30 %
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	0 %
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	0 %
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	5%	0 %
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0 %

12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do IPREV/SC e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- a. A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10,11 e 12);
- b. Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- c. A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;
- d. Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente no item IV do Art. 4º, e, na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão, em especial à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).

13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 08/09/2023, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

Mediana - Agregado	2023						2024						2025						2026					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **		
IPCA (variação %)	4,84	4,92	4,93	▲ (2)	151	4,93	67	3,86	3,88	3,89	▲ (3)	149	3,82	66	3,50	3,50	3,50	= (7)	131	3,50	3,50	3,50	= (10)	124
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,29	2,56	2,64	▲ (3)	110	2,96	54	1,30	1,32	1,47	▲ (1)	104	1,60	51	1,90	1,90	2,00	▲ (1)	73	2,00	2,00	2,00	= (5)	69
Câmbio (R\$/US\$)	4,93	4,98	5,00	▲ (1)	116	5,00	47	5,00	5,00	5,02	▲ (1)	113	5,04	46	5,09	5,10	5,10	= (2)	83	5,10	5,17	5,15	▼ (1)	75
Selic (% a.a)	11,75	11,75	11,75	= (5)	136	11,75	57	9,00	9,00	9,00	= (5)	135	9,00	56	8,50	8,50	8,50	= (5)	111	8,50	8,50	8,50	= (6)	100
IGP-M (variação %)	-3,49	-3,56	-3,54	▲ (1)	72	-3,53	32	4,00	4,00	4,00	= (12)	68	4,00	30	4,00	4,00	4,00	= (29)	56	4,00	4,00	4,00	= (29)	53
IPCA Administrados (variação %)	9,03	10,02	10,10	▲ (7)	97	10,19	37	4,35	4,28	4,28	= (1)	86	4,27	32	3,76	3,81	3,81	= (1)	60	3,50	3,50	3,50	= (7)	51
Conta corrente (US\$ bilhões)	-43,00	-43,00	-42,80	▲ (1)	31	-44,15	14	-50,20	-50,20	-50,00	▲ (1)	30	-51,00	13	-50,00	-50,00	-50,00	= (1)	21	-51,00	-50,00	-50,00	= (1)	18
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,00	72,35	70,10	▼ (1)	31	70,85	16	60,00	60,00	60,00	= (8)	28	60,00	13	59,30	59,59	59,80	▲ (3)	18	57,00	58,00	59,00	▲ (2)	15
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (8)	28	80,00	13	80,00	80,00	80,00	= (32)	27	80,00	12	81,70	81,80	81,80	= (1)	19	80,00	80,00	80,00	= (16)	16
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,40	60,45	60,40	▼ (2)	31	60,15	15	63,95	63,95	63,90	▼ (1)	31	64,00	15	65,55	66,00	66,00	= (2)	25	67,90	68,00	68,00	= (2)	23
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,00	-1,00	= (9)	42	-1,00	20	-0,80	-0,71	-0,71	= (1)	40	-0,73	20	-0,60	-0,55	-0,50	▲ (2)	32	-0,30	-0,30	-0,30	= (1)	27
Resultado nominal (% do PIB)	-7,45	-7,45	-7,40	▲ (1)	30	-7,30	14	-6,90	-6,80	-6,80	= (1)	29	-6,60	14	-6,31	-6,30	-6,10	▲ (2)	21	-6,00	-5,99	-5,77	▲ (2)	18

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

- **Inflação (IPCA):** Para o final de 2023 e 2024 tivemos a elevação das expectativas para 4,93% e para 3,89%.
- **SELIC:** Para o final de 2023 e 2024 tivemos a estabilidade das expectativas, respectivamente, para 11,75% e 9%.
- **PIB:** Para o final de 2023 tivemos o aumento da expectativa para 2,64%. Para 2024, em relação ao último relatório, foi elevada para 1,47%.
- **Câmbio (Dólar/ Real):** Para 2023 as expectativas foram aumentadas para R\$ 5,00. Enquanto, para o final 2024 a expectativa elevou para R\$ 5,02.

As projeções do cenário econômico futuro, são uma fonte de informações com grande potencial de afetar o retorno dos investimentos em diversas áreas, em razão das variações esperadas para os principais indicadores macroeconômicos. Entretanto, além de identificar as expectativas do mercado, torna-se necessário a atenção aos principais acontecimentos já ocorridos, uma vez que eles ainda podem impactar a economia, trazendo risco à expectativa do mercado.

Em linhas gerais, no ano de 2023, observamos a continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia, a morosidade na recuperação da pujante economia Chinesa, bem como a crise bancária no início deste ano.

Segundo o COPOM ambiente externo mostra-se incerto, com alguma desinflação sendo observada, mas com alguns componentes ainda elevados, desaceleração gradual da atividade e resiliência nos mercados de trabalho de diversos países. Os bancos centrais continuam a promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, dando continuidade a seus ciclos de aperto monetário e sinalizando um prolongado período de juros elevados para combater as pressões inflacionárias.

No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes sugere um cenário de desaceleração gradual da atividade. À parte o forte desempenho da agricultura, de modo geral, observa-se alguma retração no setor de comércio, estabilidade na indústria e certa

acomodação no setor de serviços, após ritmo mais forte nos trimestres anteriores. O mercado de trabalho segue resiliente, mas com alguma moderação na margem

A inflação ao consumidor segue com uma dinâmica corrente mais benigna, em particular nos componentes referentes a bens industriais e alimentos. Os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que possuem maior inércia inflacionária, apresentaram queda, mas mantêm-se acima da meta para a inflação.

Aquele Comitê considera necessário perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas

Assim, objetivando o alinhamento com o cenário e perspectivas econômicas acima apresentadas, bem como a maximização da rentabilidade combinada com uma estratégia que proteja contra a volatilidade dos mercados, acredita-se que, frente a previsão da continuidade de patamares elevados dos juros em 2024, a melhor estratégia é continuar alocando recursos prioritariamente em fundos de Títulos Públicos e Renda Fixa.

14 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Enquadramento	Tipo de Ativo	%	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Superior	Nível II
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos		100%	0%			100%	
Art. 7º, I, "b"	Fundos 100% Títulos Públicos		100%	0%	82,87%	85%	100%	
Art. 7º, I, "c"	Fundos de Índice 100% Títulos Públicos		100%	0%			100%	
Art. 7º, II	Operações Compromissadas		5%	0%			5%	
Art. 7º, III, "a"	Fundos Renda Fixa	100%	60%	0%	15,83	13%	60%	70%
Art. 7º, III, "b"	Fundos de Índice Renda Fixa		60%	0%			60%	70%
Art. 7º, IV	Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira)		20%	0%			20%	
Art. 7º, V, "a"	Cota Sênior de FIDC		5%	0%			5%	10%
Art. 7º, V, "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"		5%	0%			5%	10%
Art. 7º, V, "c"	Fundo de Debêntures Incentivadas		5%	0%			5%	10%
Art. 8º, I	Fundos de Ações	30%	30%	0%	1,30%	2%	30%	40%
Art. 8º, II	Fundos de Índice de Ações		30%	0%			30%	40%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa		10%	0%			10%	
Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10%	10%	0%			10%	
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I		10%	0%			10%	
Art. 10, I	Fundos Multimercados		10%	0%			10%	
Art. 10, II	Fundo de Participação	15%	5%	0%			5%	
Art. 10, III	Fundos de Ações - Mercado de Acesso		5%	0%			5%	
Art. 11	Fundo de Investimento Imobiliário	5%	5%	0%			5%	10%
Art. 12, II	Empréstimos Consignado - Com Pró Gestã		10%	0%			10%	

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico, as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13, bem como em consonância às características inerentes à carteira do IPREV/SC.

15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o IPREV/SC aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo IPREV/SC são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (P.U.) divulgados diariamente pela ANBIMA. Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e conseqüentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do IPREV/SC no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e também o critério contábil que este título será registrado.

16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

16.1.1 *VaR*

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do IPREV/SC controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
-----------------	---------------

RENDA FIXA	5%
RENDA VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

16.2 Risco de Crédito

16.2.1 Abordagem Qualitativa

O IPREV/SC utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)

SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- a. Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- b. Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- c. No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- d. O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.
- e. No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

16.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	80 %
De 31 dias a 365 dias	0 %
Acima de 365 dias	0%

16.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- a. A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- b. O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- c. Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- d. Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.
- e. Destaca-se aqui que o IPREV/SC fez a adesão ao Programa de Modernização PRÓ-GESTÃO RPPS e já está em fase de execução internamente do Nível 2.

16.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

16.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- a. Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do IPREV/SC;
- b. Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

16.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e

emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

16.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartada. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do IPREV/SC se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do IPREV/SC.

17 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado no site oficial do IPREV/SC a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho de Administração/Comitê de Investimentos.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

DD/MM/AAA

257a

Ata da Reunião do
Comitê de Política Monetária — Copom

19 e 20 de setembro de 2023

19 e 20 de setembro

Data: 19 e 20 de setembro de 2023

Local: Salas de reuniões do 8º andar (19/9 e 20/9 – manhã) e do 20º andar (20/9 – tarde) do Edifício-sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término: 19 de setembro: 10h16 – 11h51; 14h14 – 18h36
20 de setembro: 10h09 – 11h18; 14h33 – 18h38

Presentes:

Membros do Copom

Roberto de Oliveira Campos Neto – *Presidente*
Ailton de Aquino Santos
Carolina de Assis Barros
Diogo Abry Guillen
Fernanda Magalhães Rumenos Guardado
Gabriel Muricca Galípolo
Maurício Costa de Moura
Otávio Ribeiro Damaso
Renato Dias de Brito Gomes

Chefes de Departamento responsáveis por apresentações técnicas
(presentes em 19/9 e na manhã de 20/9):

Alan da Silva Andrade Mendes – *Departamento de Reservas Internacionais* (presente nas manhãs de 19 e 20/9)
André Minella – *Departamento de Estudos e Pesquisas* (também presente na tarde de 20/9)
André de Oliveira Amante – *Departamento de Operações de Mercado Aberto*
Fabia Aparecida de Carvalho – *Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Sabbadini – *Departamento Econômico*
Rogério Antônio Lucca – *Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*

Demais participantes
(presentes em 19/9 e na manhã de 20/9):

Arnildo da Silva Correa – *Chefe da Assessoria Econômica ao Presidente*
Cristiano de Oliveira Lopes Cozer – *Procurador-Geral* (presente em 19/9)
Daniela Torres de Mesquita de Souza Vale – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*
Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*
Fernando Alberto G. Sampaio de Cavalcante Rocha – *Chefe do Departamento de Estatísticas*
Gilneu Francisco Astolfi Vivan – *Chefe do Dep. de Monitoramento do Sistema Financeiro*
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio*
Julio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária*
Laura Soledad Cutruffo Comparini – *Chefe Adjunta do Departamento Econômico*
Leonardo Martins Nogueira – *Secretário Executivo*
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Chefe Adjunto do Departamento de Reservas Internacionais*
Marcelo Antonio Thomaz de Aragão – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Mauro Zanatta – *Assessor de Imprensa*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

A) Atualização da conjuntura econômica e do cenário do Copom¹

1. O ambiente externo mostra-se mais incerto, com a continuidade do processo de desinflação, a despeito de núcleos de inflação ainda elevados e resiliência nos mercados de trabalho de diversos países. Em paralelo, os bancos centrais das principais economias seguem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, seja dando continuidade a seus ciclos de aperto monetário, seja sinalizando um período prolongado de juros elevados para combater as pressões inflacionárias ou indicando um período de pausa ainda em um ciclo de elevação de juros.
2. O Comitê notou a elevação das taxas de juros de longo prazo dos Estados Unidos e a perspectiva de menor crescimento na China, ambas exigindo maior atenção por parte de países emergentes.
3. No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes indica um cenário de maior resiliência da atividade econômica. Os dados referentes à atividade econômica do segundo trimestre, em particular a divulgação do PIB, indicam que setores não cíclicos da economia mantiveram dinamismo, mas também se observou um crescimento no componente da demanda referente ao consumo das famílias. De modo geral, nos indicadores setoriais, observou-se alguma desaceleração no setor de comércio, moderada reaceleração na indústria e estabilidade do crescimento no setor de serviços, após ritmo mais forte nos trimestres anteriores. O mercado de trabalho segue resiliente, mas com alguma moderação na margem.
4. A inflação ao consumidor segue com uma dinâmica corrente mais benigna, exibindo desaceleração tanto na inflação de serviços quanto nos núcleos de inflação. Os indicadores que agregam os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que possuem maior inércia inflacionária, apresentaram menor inflação, mas mantêm-se acima da meta. As expectativas de inflação para 2023, 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,9%, 3,9% e 3,5%, respectivamente.

B) Cenários e análise de riscos

5. No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de USD/BRL 4,90², evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária “verde” em dezembro de 2023, de 2024 e de 2025. Nesse cenário, as projeções de inflação do Copom situam-se em 5,0% para 2023, 3,5% para 2024 e 3,1% para 2025. As projeções para a inflação de preços administrados são de 10,5% para 2023, 4,5% para 2024 e 3,6% para 2025.
6. O Comitê avalia que a conjuntura internacional se mostra incerta. Observa-se um processo de desinflação, que refletiu o arrefecimento das pressões sobre *commodities* após os impactos iniciais da guerra na Ucrânia, os efeitos iniciais do aperto de política monetária global e a normalização das cadeias de produção, porém com recuo lento nos núcleos de inflação. Prospectivamente, restam incertezas sobre a dinâmica da inflação global. Os riscos referentes a fenômenos climáticos, guerra na Ucrânia e política internacional de preços de petróleo sugerem a possibilidade de renovadas pressões inflacionárias de oferta. A isso somam-se a resiliência do mercado de trabalho e um hiato do produto apertado nas economias avançadas, em ambiente de inflação de serviços ainda pressionada em diversas economias. Por outro lado, permanece a determinação dos bancos centrais em controlar a inflação por meio da manutenção do aperto da política monetária por período mais prolongado. As políticas monetárias

¹ A menos de menção explícita em contrário, esta atualização leva em conta as mudanças ocorridas desde a reunião do Copom em agosto (256ª reunião).

² Valor obtido pelo procedimento usual de arredondar a cotação média da taxa de câmbio USD/BRL observada nos cinco dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

restritivas dos países avançados têm sido fundamentais para conter a inflação mundial, facilitando o controle inflacionário dos países emergentes. De todo modo, o aperto monetário global pode ter impacto sobre os ativos domésticos, o que levaria a um processo desinflacionário interno mais lento no curto prazo.

7. O cenário de crescimento global tem sido marcado pela resiliência da atividade e do mercado de trabalho nos Estados Unidos, em contraposição a um menor crescimento projetado para a economia chinesa. Nesse contexto, alguns membros atribuem maior probabilidade a uma moderação suave na atividade das principais economias, em particular a norte-americana, ainda que não se descarte uma desaceleração mais brusca. Por outro lado, alguns membros seguiram enfatizando os riscos de uma desaceleração sincronizada. Em sua discussão, o Comitê avalia que parte da redução de crescimento da economia chinesa é estrutural, mas a magnitude das respostas contracíclicas que podem vir a ser implementadas ajudará a definir não só a dinâmica de crescimento, como seus impactos sobre os preços de *commodities* e sobre a economia brasileira.

8. Com relação à elevação das taxas de juros de longo prazo nos países avançados, o Comitê ponderou se tal movimento pode refletir percepção de elevação da taxa neutra nesses países, aumento do produto potencial, iliquidez sazonal dos mercados ou maior prêmio fiscal em função de déficits nominais persistentes. Em sua discussão, o Comitê deu maior ênfase às perspectivas fiscais, em particular nos Estados Unidos, e como isso impactaria as condições financeiras globais.

9. Ainda no cenário externo, o Comitê debateu as causas para a resiliência observada na atividade econômica de diversas economias, concomitante ao processo desinflacionário, mesmo diante de ciclos de aperto monetário historicamente intensos. Alguns membros notaram impactos latentes de impulsos fiscais ainda elevados em importantes economias. Entretanto, enfatizou-se que a determinação dos bancos centrais em levar a inflação para a meta e a credibilidade conquistada, permitindo uma ancoragem sólida das expectativas de inflação, têm contribuído para a ocorrência de processos de desinflação envolvendo menores sacrifícios em termos de atividade.

10. No que se refere à atividade econômica doméstica, o Comitê travou um amplo debate sobre os motivos de observarmos crescimento mais resiliente nos últimos trimestres. Levantaram-se quatro possibilidades.

11. A primeira possibilidade é que a pujança do setor agropecuário tenha tido efeitos indiretos sobre outros setores na economia, o que é corroborado nos dados, mas não justifica toda a magnitude da surpresa. Outra possibilidade é que a elevação de renda disponível, seja em função do dinamismo do mercado de trabalho, da queda de preços de alimentos ou de programas de transferência de renda, também tenha fornecido algum suporte para o consumo. O Comitê se deteve sobre esse tema, identificado como muito relevante, e destacou que a conjectura de um crescimento sustentado pela elevação da renda é corroborada pela resiliência no consumo de serviços das famílias. Ademais, discutiu-se, conseqüentemente, o possível impacto que poderia ocorrer sobre a dinâmica da inflação de serviços em caso de um crescimento sustentado pela renda e pelo consumo. Outra possibilidade, ainda que com menor impacto sobre variações de curto prazo, seria uma taxa de juros neutra mais elevada. O Comitê, entretanto, decidiu manter sua avaliação mais recente sobre a taxa neutra publicada no Relatório de Inflação de junho de 2023. Por fim, o Comitê debateu se o crescimento potencial teria se elevado nos últimos trimestres, devido a reformas regulatórias e avanços institucionais. Ainda que julgue nesse momento prematuro reavaliar o crescimento potencial, o Comitê pondera que a persistência de um crescimento resiliente nos próximos trimestres sem impacto inflacionário pode, no futuro, levar a uma reavaliação do crescimento potencial. Notou-se que cada uma dessas quatro possibilidades tem implicações diferentes para a condução da política monetária.

12. O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da

dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade.

13. Novamente, debateram-se profundamente os desenvolvimentos no mercado de trabalho. Alguns membros seguem avaliando que há moderação no mercado de trabalho, apontando para a desaceleração no ritmo de contratação no mercado formal e para a queda na taxa de participação. Outros enfatizaram a queda na taxa de desemprego e o ritmo ainda elevado de contratações no emprego formal. O Comitê concordou que não há evidência de pressões salariais elevadas nas negociações trabalhistas.

14. Em função dos dados divulgados no período recente, o Comitê julga que o hiato do produto está mais apertado do que o estimado anteriormente, mas segue antecipando um cenário de desaceleração da economia nos próximos trimestres. O Comitê analisou diferentes medidas de hiato e quais seriam os impactos sobre as projeções das diferentes hipóteses. Em sua discussão, o Comitê julgou que há elementos que elevam a incerteza das estimativas e adicionam um viés para cima nas revisões das estimativas do hiato do produto utilizadas pelo Comitê. Ressaltou-se novamente que o impacto do período da pandemia dificulta a inferência do hiato do produto.

15. O Comitê segue avaliando que a desaceleração na concessão de crédito está em linha com a postura de política monetária. Observou-se uma desaceleração mais acentuada na concessão de crédito à pessoa jurídica, ao passo que a concessão à pessoa física exibiu menor desaceleração, sendo menos acentuada nas modalidades de baixo custo. Em que pese as condições monetárias restritivas, enfatizou-se que já se observa a transmissão do ciclo de política monetária esperado pelo mercado para as taxas correntes de novas concessões, levando também a um maior dinamismo dos mercados de capitais.

16. Por fim, o Comitê avalia que parte da incerteza observada nos mercados, com elevação de prêmios de risco e da inflação implícita, estava anteriormente mais em torno do desenho final do arcabouço fiscal e atualmente se refere mais à execução das medidas de receita e despesas compatíveis com o arcabouço e o atingimento das metas fiscais. Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reforça a importância da firme persecução dessas metas.

17. O Comitê julgou que há uma evolução benigna do cenário corrente de inflação, em consonância com o que já era esperado. O Comitê avalia que a dinâmica da desinflação segue caracterizada por um processo com dois estágios distintos. O primeiro estágio exibiu uma dinâmica benigna dos preços de alimentos e industriais e do comportamento dos preços no atacado. O segundo estágio, iniciado em período recente, continuou a exibir uma dinâmica benigna dos preços de alimentos e no atacado, além de apresentar desaceleração nos preços de serviços e de serviços subjacentes. O debate em relação à inflação de serviços se concentrou, novamente, em seus determinantes. Os membros discutiram o realinhamento de preços relativos, o papel do mercado de trabalho e o hiato do produto para as perspectivas de inflação. Por outro lado, os componentes relativos a bens industriais e preços administrados podem apresentar um comportamento menos benigno do que era anteriormente esperado, em função do movimento recente da taxa de câmbio e do preço das *commodities* internacionais. O Comitê segue avaliando que a volatilidade inerente aos componentes ligados a alimentos e bens industriais sugere a possibilidade de reversões abruptas, recomendando cautela. Em tal debate, foram mencionados os riscos, parcialmente incorporados no cenário de referência, referentes ao fenômeno climático do *El Niño*, assim como os referentes à evolução do preço internacional do petróleo, que, nas projeções, seguiu a governança usual do Comitê em suas hipóteses. Ressaltou-se a incerteza com relação ao *El Niño* no que tange à sua magnitude, ao período em que

o fenômeno teria maior impacto e aos impactos individuais sobre diferentes produtos alimentícios. O Comitê optou por incorporar um impacto relativamente pequeno do *El Niño* em suas projeções de inflação de alimentos, mas alguns membros enfatizaram os impactos inflacionários no caso de ocorrência de um fenômeno *El Niño* mais extremo. Ao fim, concluiu-se unanimemente pela necessidade de uma política monetária contracionista e cautelosa, de modo a reforçar a dinâmica desinflacionária.

18. As expectativas de inflação, após apresentarem reancoragem parcial, seguem sendo um fator de preocupação. O Comitê seguiu avaliando que, entre as possibilidades que justificariam observarmos expectativas de inflação acima da meta estariam as preocupações no âmbito fiscal, receios com a desinflação global e a possível percepção, por parte de analistas, de que o Copom, ao longo do tempo, poderia se tornar mais leniente no combate à inflação. Desse modo, o Comitê avalia que a redução das expectativas virá por meio de uma atuação firme, em consonância com o objetivo de fortalecer a credibilidade e a reputação tanto das instituições como dos arcabouços econômicos.

19. O Comitê ressalta que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; e (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e (ii) os impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado.

C) Discussão sobre a condução da política monetária

20. O Copom passou então à discussão da condução da política monetária, considerando o conjunto de projeções analisado, assim como o balanço de riscos para a inflação prospectiva.

21. As expectativas de inflação seguem acima da meta e se mantiveram relativamente estáveis recentemente. Alguns membros se mostraram particularmente preocupados com a possibilidade de metas desancoradas por um período longo. Em segundo lugar, prossegue o processo de desinflação, com a inflação de serviços desacelerando na margem. Alguns membros enfatizaram em particular a composição benigna recente da inflação e a queda na inflação de serviços, enquanto outros enfatizaram que os fundamentos subjacentes para a dinâmica da inflação de serviços, em particular a resiliência da atividade econômica e do mercado de trabalho, ainda não permitem extrapolar com convicção o comportamento benigno recente. Com relação ao hiato do produto, notou-se um aperto do hiato do produto na margem, em função da maior resiliência da atividade econômica. Também foram avaliadas as implicações de formas alternativas de mensuração do hiato do produto e seus respectivos impactos nas projeções. Por fim, notou-se que houve uma elevação das projeções no cenário de referência em função principalmente de um hiato do produto mais apertado e da alteração de condicionantes, como a elevação do preço de petróleo, a depreciação cambial e a redução da trajetória Selic da pesquisa Focus. Após a análise do cenário, todos os membros concordaram que era apropriado reduzir a taxa Selic em 0,50 ponto percentual, de forma a ajustar o grau de aperto monetário prospectivo.

22. Com relação aos próximos passos, os membros do Comitê concordaram unanimemente com a expectativa de cortes de 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões e avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário. Tal ritmo conjuga, de um lado, o firme compromisso com a reancoragem de expectativas e a dinâmica desinflacionária e, de outro, o ajuste no nível de aperto monetário em termos reais diante da dinâmica mais benigna da inflação antecipada nas projeções do cenário de

referência. Avaliou-se ainda que não há evidência de que esteja em curso um aperto além do que seria necessário para a convergência da inflação para a meta e que o cenário ainda inspira cautela, reforçando a visão de serenidade e moderação que o Comitê tem expressado. O Comitê julga como pouco provável uma intensificação adicional do ritmo de ajustes, já que isso exigiria surpresas positivas substanciais que elevassem ainda mais a confiança na dinâmica desinflacionária prospectiva. Tal confiança viria apenas com uma alteração significativa dos fundamentos da dinâmica da inflação, tais como uma reancoragem bem mais sólida das expectativas, uma abertura contundente do hiato do produto ou uma dinâmica substancialmente mais benigna do que a esperada da inflação de serviços.

23. Por fim, o Comitê debateu a extensão do ciclo de ajustes na política monetária. Evidenciou-se, nessa análise, a necessidade de se manter uma política monetária ainda contracionista pelo horizonte relevante para que se consolide a convergência da inflação para a meta e a ancoragem das expectativas. **Enfatizou-se que a extensão do ciclo ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.** O Comitê mantém seu firme compromisso com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante e reforça que a extensão do ciclo refletirá o mandato legal do Banco Central.

D) Decisão de política monetária

24. Considerando a evolução do processo de desinflação, os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu **reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 12,75% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e, em grau menor, o de 2025.** Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

25. A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento e por expectativas de inflação com reancoragem parcial, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária. **O Comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.**

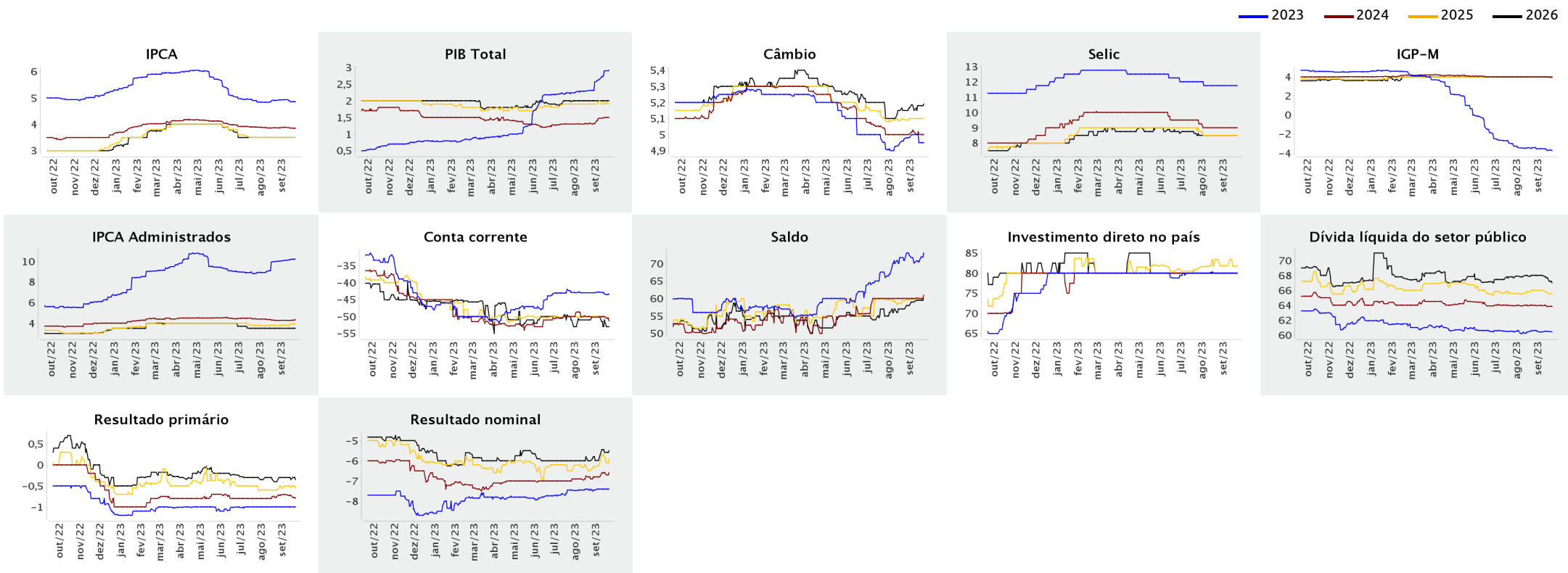
26. Em se confirmando o cenário esperado, os membros do **Comitê, unanimemente, anteveem redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário. O Comitê ressalta ainda que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.**

27. Votaram por uma redução de 0,50 ponto percentual os seguintes membros do Comitê: Roberto de Oliveira Campos Neto (presidente), Ailton de Aquino Santos, Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, Gabriel Muricca Galípolo, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes.

Mediana - Agregado

	2023							2024							2025							2026							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	
IPCA (variação %)	4,90	4,86	4,86	= (1)	153	4,85	93	3,87	3,86	3,86	= (1)	152	3,88	93	3,50	3,50	3,50	= (9)	130	3,50	3,50	3,50	= (12)	125	3,50	3,50	3,50	= (7)	76
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,31	2,89	2,92	▲ (5)	119	2,96	60	1,33	1,50	1,50	= (1)	114	1,50	59	1,90	1,95	1,90	▼ (2)	82	2,00	2,00	2,00	= (7)	76	2,00	2,00	2,00	= (7)	76
Câmbio (R\$/US\$)	4,98	4,95	4,95	= (1)	120	4,95	66	5,00	5,00	5,00	= (1)	117	5,07	64	5,10	5,10	5,10	= (4)	87	5,10	5,10	5,10	= (4)	87	5,15	5,18	5,19	▲ (2)	77
Selic (% a.a.)	11,75	11,75	11,75	= (7)	142	11,75	76	9,00	9,00	9,00	= (7)	141	9,00	76	8,50	8,50	8,50	= (7)	118	8,50	8,50	8,50	= (8)	108	8,50	8,50	8,50	= (8)	108
IGP-M (variação %)	-3,44	-3,75	-3,75	= (1)	77	-3,76	46	4,00	3,99	3,96	▼ (2)	72	3,95	45	4,00	4,00	3,93	▼ (1)	58	4,00	4,00	4,00	= (31)	56	4,00	4,00	4,00	= (31)	56
IPCA Administrados (variação %)	9,97	10,20	10,22	▲ (9)	98	10,24	67	4,27	4,27	4,34	▲ (1)	84	4,37	57	3,78	3,93	3,94	▲ (2)	59	3,50	3,50	3,50	= (9)	52	3,50	3,50	3,50	= (9)	52
Conta corrente (US\$ bilhões)	-43,00	-43,40	-43,30	▲ (1)	29	-40,40	13	-50,00	-50,00	-51,30	▼ (1)	28	-45,60	12	-50,10	-50,10	-50,20	▼ (2)	19	-51,00	-51,00	-53,00	▼ (2)	16	-51,00	-51,00	-53,00	▼ (2)	16
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,90	70,40	73,00	▲ (2)	27	70,00	13	60,00	60,00	60,95	▲ (1)	24	60,10	11	59,30	60,00	60,00	= (1)	14	57,00	59,50	60,00	▲ (4)	11	57,00	59,50	60,00	▲ (4)	11
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (10)	24	80,00	11	80,00	80,00	80,00	= (34)	23	80,00	10	83,40	81,80	81,80	= (3)	15	80,00	80,00	80,00	= (18)	12	80,00	80,00	80,00	= (18)	12
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,60	60,50	60,40	▼ (1)	29	60,80	11	63,95	63,80	63,80	= (1)	29	63,90	11	66,00	65,60	65,50	▼ (2)	23	68,00	67,70	67,00	▼ (2)	21	68,00	67,70	67,00	▼ (2)	21
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,00	-1,00	= (11)	39	-1,00	17	-0,75	-0,73	-0,80	▼ (2)	37	-0,75	17	-0,60	-0,55	-0,55	= (1)	30	-0,40	-0,35	-0,35	= (1)	26	-0,40	-0,35	-0,35	= (1)	26
Resultado nominal (% do PIB)	-7,40	-7,40	-7,40	= (2)	29	-7,40	11	-6,90	-6,57	-6,59	▼ (1)	28	-6,50	11	-6,45	-5,80	-5,90	▼ (1)	20	-6,00	-5,59	-5,50	▲ (4)	17	-6,00	-5,59	-5,50	▲ (4)	17

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis





Expectativas de Mercado

22 de setembro de 2023

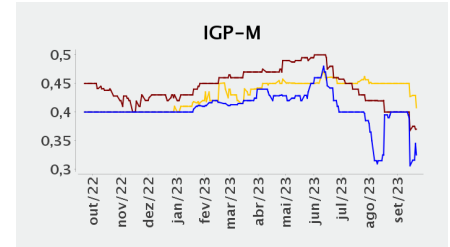
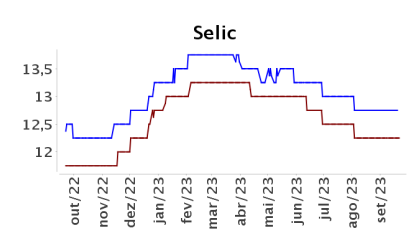
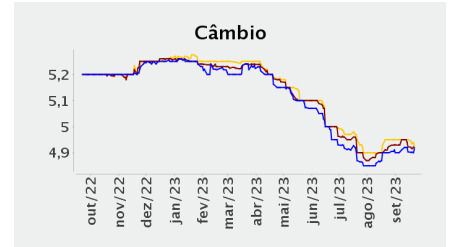
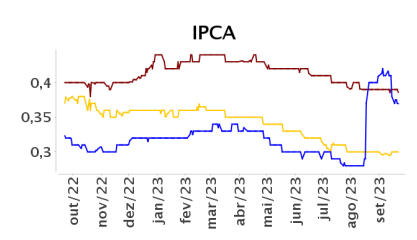
▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado

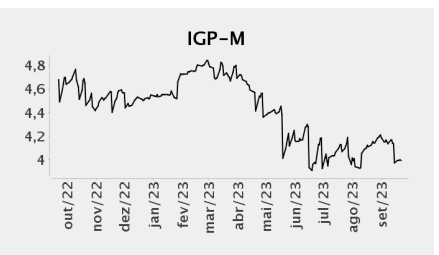
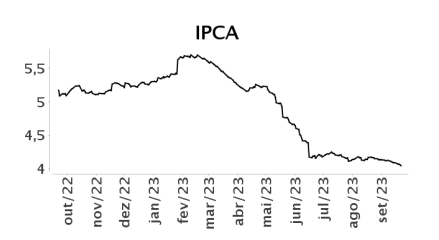
	set/2023					out/2023					nov/2023					Infl. 12 m suav.								
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,40	0,38	0,37	▼ (2)	150	0,36	0,39	0,39	0,39	= (6)	150	0,39	0,30	0,30	0,30	= (8)	150	0,30	4,15	4,09	4,04	▼ (5)	139	4,07
Câmbio (R\$/US\$)	4,90	4,90	4,91	▲ (1)	113	4,92	4,92	4,92	= (1)	113	4,93	4,95	4,95	4,93	▼ (1)	113	4,94							
Selic (% a.a.)	12,75	12,75	-				-	-	-			12,25	12,25	12,25	= (7)	140	12,25							
IGP-M (variação %)	0,40	0,31	0,33	▲ (1)	74	0,33	0,40	0,37	0,37	= (1)	73	0,37	0,45	0,43	0,41	▼ (2)	72	0,41	4,14	3,97	3,99	▲ (1)	65	3,99

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias

— set/2023 — out/2023 — nov/2023



— Infl. 12 m suav.



LISTA PRESENÇA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RPPS/SC

26/09/23

Nome:

Assinatura:

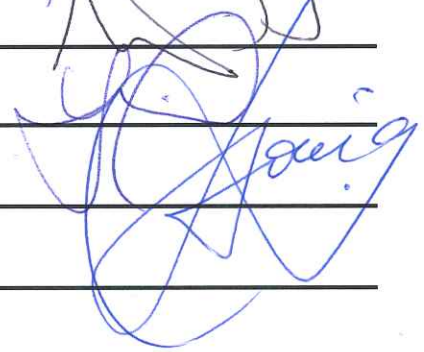
JEAN JACQUES D. BRAUN



Abelardo Omi Rocha Júnior

Yuri Lariani Engelt

VÂNIO BOMFIM





ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS/SC – 26/09/2023 (DOCUMENTO IPREV 5758/2023)

As quatorze horas do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, reuniram-se, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência do IPREV/SC, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC, sob a presidência do Senhor Abelardo Osni Rocha Junior (Diretor de Administração – DIAD), os senhores Jean Jacques Dressel Braun e Yuri Carione Engelke. Nesta reunião também participaram o Presidente do IPREV, Sr. Vânio Boing, e o Sr. Marcos Almeida (videoconferência), representante de nossa empresa de consultoria LDB, para tratar da seguinte **Pauta do dia: 1– Posição carteira em AGOSTO/2023 e cenário LDB em SETEMBRO/2023; 2- Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de AGOSTO/23; 3- Análise dos saldos históricos de JAN-AGO/23 no Fundo Fluxo nas contas do FF; 4- Análise da minuta de normativo que estabelece a segregação de atribuições e responsabilidades nos investimentos; 5- Início das discussões e análises acerca da DPIN 2024;** Inicialmente foi informado pelo Presidente que todos os documentos a serem discutidos e analisados nesta reunião foram disponibilizados aos membros do Comitê para prévia leitura e análise. Lida a pauta, passou-se a sua execução. **1 – Posição carteira em AGOSTO/2023 e cenário LDB em SETEMBRO/2023** – Resumidamente, em 08/2023, destacou-se a rentabilidade consolidada do mês de 0,58% frente a uma meta de 0,36%. No ano de 2023, a rentabilidade foi de 9,36%, para uma meta de 3,98%. Os fundos totalizaram o valor de R\$ 717.269.702,73. Após diversos comentários acerca dos números apresentados ficou decidido, por unanimidade, manter uma postura conservadora na gestão da carteira, voltada a priorização de alocação em fundos de Renda Fixa, principalmente aos fundos de títulos públicos enquadrados ao Art. 7º, I, b, da Resolução CMN nº 4.963/21, e com uma mínima aplicação em renda variável. A decisão baseou-se principalmente no cenário econômico apresentado, para setembro/2023, pela assessoria LDB, na Ata da Reunião do COPOM de 19 e 20 de setembro/23 e nas projeções do Boletim FOCUS (22/09/23). Este último aponta para uma inflação estável de 4,86%, para 2023, e uma redução da mesma para 3,86%, em 2024. Quanto à SELIC, o mesmo boletim manteve as expectativas para 11,75% e 9% para 2023 e 2024 respectivamente, impactando nos fundos lastreados por títulos de longos e médios prazos. Também continuou sendo considerada a favorável relação risco x retorno apresentada atualmente pelos fundos enquadrados ao Art. 7º, I, b, da Resolução CMN nº 4.963/21, os quais tiveram retorno de 116,01%, 101,62%, 122,10% e 100,51% do CDI no ano, 3, 6 e 12 meses respectivamente. Passou-se, a seguir, ao **item 2 da Pauta - Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de AGOSTO/23** - Como todos os membros puderam analisar o Relatório antecipadamente, este não foi lido, mas colocado imediatamente em discussão. Não havendo mais nenhuma manifestação ou sugestão ao Relatório de AGOSTO/23, o presidente colocou em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Passou-se, a seguir, ao **item 3 da Pauta – Análise dos saldos históricos de JAN-AGO/23 no Fundo Fluxo nas contas do FF;** Foi informado pelo Presidente do Comitê que o Saldo em fundo Fluxo já foi bastante reduzido com as aplicações deliberadas na última reunião. De toda a forma a GEAFIC procurará utilizar parte dos recursos da conta do Executivo (806.016-9) para o pagamento da folha do mês de outubro/2023. Desta forma, foi deliberado, por unanimidade, que continuarão



sendo acompanhados os saldos no Fundo Fluxo. Passou-se, a seguir, ao **item 4 da Pauta - Análise da minuta de normativo que estabelece a segregação de atribuições e responsabilidades nos investimentos**; Apresentada a minuta, foi decidido que a mesma continuará sendo paulatinamente confeccionada de acordo com a nova estrutura de gestão dos investimentos a ser implantada em 2024. Passou-se, a seguir, ao **item 5 da Pauta - Início das discussões e análises acerca da DPIN 2024** – Como a minuta da DPIN já havia sido previamente encaminhada aos membros do Comitê, e consubstanciados pelos cenários apresentados no tópico 1 da pauta desta reunião ficou deliberado, por unanimidade, a aprovação da minuta e encaminhamento da mesma para aprovação pelo Conselho de Administração. Sem mais nada a tratar eu, Jean Jacques Dressel Braun, lavrei a presente Ata assinada pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS/SC. Florianópolis, 26 de setembro de 2023.

Abelardo Osni Rocha Junior
Diretor de Adm./Presidente Comitê

Yuri Carioni Engelke
Membro do Comitê de Investimentos

Jean Jacques Dressel Braun
Membro do Comitê de Investimentos



Assinaturas do documento



Código para verificação: **47TBZ4J8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



YURI CARIONI ENGELKE (CPF: 053.XXX.109-XX) em 26/09/2023 às 17:30:06

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:45:10 e válido até 30/03/2118 - 12:45:10.

(Assinatura do sistema)



JEAN JACQUES DRESSEL BRAUN (CPF: 727.XXX.979-XX) em 26/09/2023 às 17:32:59

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:08:03 e válido até 13/07/2118 - 14:08:03.

(Assinatura do sistema)



ABELARDO OSNI ROCHA JÚNIOR (CPF: 041.XXX.279-XX) em 26/09/2023 às 17:47:27

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:11:00 e válido até 13/07/2118 - 13:11:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SVBSRVZfMTAxNTFfMDAwMDU3NTfhfNTc2MF8yMDIzXzQ3VEJaNEo4> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IPREV 00005758/2023** e o código **47TBZ4J8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.